

## GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF nº 08.608.980/0001-11

O Gibraltar Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”) está ofertando um montante de até 1.500 (mil e quinhentas) cotas, em série única, com preço de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), com ou sem ágio (“Cotas”), perfazendo o montante total de:

---

**R\$150.000.000,00**

---

As Cotas serão objeto de distribuição pública no Brasil, em mercado de balcão não organizado, coordenada pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., administradora do Fundo (“Administradora”), exclusivamente perante investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

O Fundo foi constituído pela Administradora em 17 de janeiro de 2007, e seus atos constitutivos e regulamento foram arquivados no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 2007, sob o nº 813537. Em 8 de fevereiro de 2007, a Administradora aprovou a alteração integral do regulamento do Fundo e a primeira oferta pública de distribuição primária de Cotas, por meio do “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do M 02 Fundo de Investimento em Participações”, o qual foi devidamente registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 2007, sob o nº 815547. Em 2 de abril de 2007, a Assembléia Geral de Cotistas do Fundo aprovou o primeiro aditamento e consolidação do regulamento do Fundo (“Regulamento”) e a segunda oferta pública de distribuição primária de Cotas (“Distribuição Pública”), tendo sido a referida ata registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 2007, sob o nº 819.896.

A Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2007/022, em 04 de abril de 2007.

A Administradora e a Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda. (“Gestora”), gestora da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), mantém sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, apesar disso não há garantia da completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, o Fundo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços, das companhias investidas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. **A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às seções relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito. **Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 14 a 16 deste Prospecto.**

Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar que recebeu exemplar do Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora e aos demais prestadores de serviços, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

**“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Cotas a serem distribuídas.”**

**“As Cotas objeto da presente Distribuição Pública poderão ser negociadas em de valores ou em sistema de mercado de balcão.”**



**Administradora**



**Gestora**

A data deste Prospecto é 27 de junho de 2008.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
M 02 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**

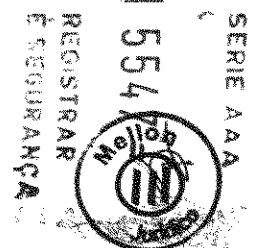
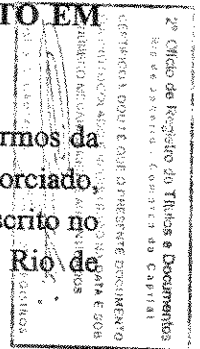
CNPJ/MF nº 08.608.980/0001-11

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") a realizar o exercício profissional de administração de carteiras, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1987 ("**Mellon**" ou "**Administrador**"), na qualidade de instituição administradora do **M 02 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 08.608.980/0001-11 ("**Fundo**"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, CONSIDERANDO:

- a) que o Fundo, constituído em 17 de janeiro de 2007, até o presente momento não entrou em funcionamento, não tendo nenhum cotista; e
- b) que, por outro lado, persiste o interesse de investidores em realizar a aplicação de recursos em um fundo de investimento em participações, a ser administrado pela Mellon;

RESOLVE, por meio do presente instrumento particular:

1. Alterar a denominação do Fundo para "**GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**";
2. Designar como diretor responsável pela representação do Fundo perante a CVM, nos termos da regulamentação em vigor, o Sr. José Carlos Xavier de Oliveira, brasileiro, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 04.667.892, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.888.737-10, com endereço comercial na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar;
3. Assumir as funções de administração e controladoria de ativos do Fundo, na forma do regulamento do Fundo ora aprovado;
4. Contratar, como gestora da carteira de investimentos do Fundo, a Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Ataulfo de Paiva, nº 255, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.319.907/0001-04, devidamente autorizada pela CVM a realizar o exercício profissional de administração de carteiras, por meio do Ato Declaratório CVM nº 1.897, de 28 de fevereiro de 1992;



Livro de Registro de Atas das Assembléias Gerais  
**GIBALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**  
CNPJ n.º 08.608.980/0001-11

**ATO DO ADMINISTRADOR**

**2ºRTD-RJ - 855357**  
Emol 116,70/Distrib 10,75/Let 111/08 6,37  
Mutua/ACOTERJ 8,15/FETJ 25,48  
Lei 4.664/05 6,37 / Tot Emol (R\$) 173,63  
PARAM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 21  
Proc Estr N / Averb S / Diliq



BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Administrador"), na qualidade de administrador do **GIBALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES** ("FUNDO"), em razão do procedimento de consulta formal realizada nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 19 do Regulamento do FUNDO, enviada aos cotistas do FUNDO em 16 de junho de 2008, respondidas através da manifestação de votos que encontram-se arquivadas na sede do Administrador, transcreve abaixo as decisões tomadas por unanimidade:

- (i) Aprovação, sem ressalvas, das Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e parecer dos auditores independentes.
- (ii) Aprovação, sem ressalvas, da alteração do Artigo 27 Regulamento do FUNDO, para incluir a previsão que as cotas poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, passando o Artigo 27 a vigorar com a seguinte redação:

*"Artigo 27. As cotas do FUNDO poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.*

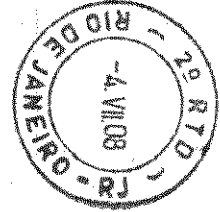
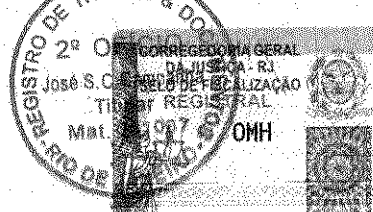
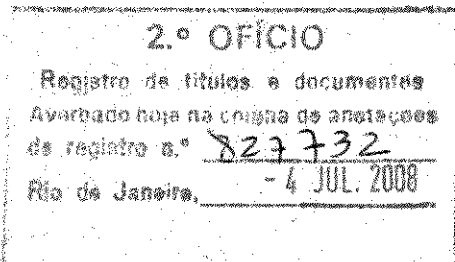
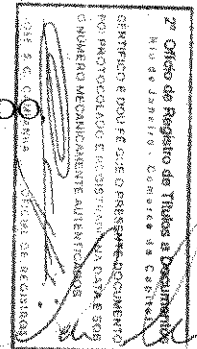
*Parágrafo Único. As cotas do FUNDO poderão ser registradas e negociadas no Sistema de Fundo Fechado - SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CE TIP, ou em outros em que sejam admitidas, a critério do ADMINISTRADOR e do GESTOR, sempre respeitadas as condições estabelecidas pelo ADMINISTRADOR e pelos referidos sistemas, conforme aplicável."*

Aproveitamos para atualizar a denominação social da administradora no regulamento do FUNDO, que passará a vigorar conforme anexo.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2008.

*Adriana Trindade do Amaral*

**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS  
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



SERIE  
855357  
REGIST  
E SEGU

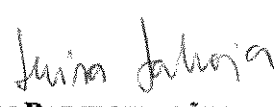
## DECLARAÇÃO

**GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.608.980/0001-11 (“Fundo”), neste ato representado na forma de seu regulamento por sua instituição administradora, Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada por sua vez na forma de seu estatuto social; e **MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, acima qualificada, na qualidade de instituição intermediária da distribuição de cotas do Fundo, vêm, nos termos do artigo 56 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, declarar que: (i) o prospecto da 1ª distribuição de cotas do Fundo: (a) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta, das cotas do Fundo, do Fundo, de suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, e (b) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo, por ocasião de sua 1ª distribuição de cotas, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, de modo a permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2007.

  
Delano Octavio Jorge Franco  
Diretor

**GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**,  
representado por sua instituição administradora,  
Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



Luisa Saboia  
Procuradora

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.**

Delano Octavio Jorge Franco  
Diretor

  
Luisa Saboia  
Procuradora

# GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF: 08.608.980/0001-11

## MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA  
Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ – CNPJ/MF nº 02.201.501/0001-62

## INVESTIDOR PROFISSIONAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

INSTITUIÇÃO GESTORA  
Av. Ataulfo de Paiva, nº 255, 9º andar, Rio de Janeiro, RJ – CNPJ/MF nº 32.319.907/0001-04

### BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE COTAS Nº [●]

#### QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR

NOME / RAZÃO SOCIAL				CPF / CNPJ	
ESTADO CIVIL	DATA NASC.	PROFISSÃO	NACIONALIDADE	DOC. IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR
ENDEREÇO					FAX
BAIRRO	CEP	CIDADE	ESTADO	PAÍS	TELEFONE
E-MAIL					
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL (SE HOUVER)				CPF / CNPJ	
ENDEREÇO				DOC. IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR
BAIRRO	CEP	CIDADE	ESTADO	FAX	TELEFONE
E-MAIL					

#### COTAS SUBSCRITAS

QUANTIDADE DE COTAS	VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL	
PRAZO PARA INTEGRALIZAÇÃO À VISTA NO ATO DE SUBSCRIÇÃO	

#### DADOS PARA PAGAMENTO

BENEFICIÁRIO Gibraltar Fundo de Investimento em Participações		CNPJ 08.608.980/0001-11
BANCO 237	AGÊNCIA 2856-8	CONTA CORRENTE 587533-1

#### DECLARAÇÃO

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, ESTAR CIENTE E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES EXPRESSAS NO PRESENTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO, FIRMADO EM CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL, BEM COMO TER TOMADO CONHECIMENTO DO REGULAMENTO DO FUNDO, DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE INVESTIMENTO, DOS RISCOS INERENTES AO FUNDO E DA SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPROMETENDO-ME, AINDA, A INTEGRALIZAR O VALOR TOTAL DAS COTAS POR MIM SUBSCRITAS, INDICADO ACIMA.	
LOCAL / DATA	ASSINATURA DO SUBSCRITOR OU DO REPRESENTANTE LEGAL

#### RECIBO

RECEBEMOS DO SUBSCRITOR O VALOR DE R\$ _____ ( _____ REAIS), RELATIVO À INTEGRALIZAÇÃO DAS COTAS ACIMA INDICADAS.	
LOCAL / DATA	ASSINATURA DO ADMINISTRADOR

1ª VIA SUBSCRITOR; 2ª VIA ADMINISTRADOR

## DECLARAÇÃO

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição administradora do **GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.608.980/0001-11 ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, declarar que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da 1ª distribuição das cotas do Fundo e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2007.

  
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Delano Octavio Jorge Franco  
Diretor

  
Luisa Saboia  
Procuradora

## DECLARAÇÃO

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.201.501/0001-61, representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição administradora e instituição intermediária ("Instituição Intermediária") da 1ª distribuição de cotas do **GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações, com seu regulamento registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.608.980/0001-11 ("Fundo"), vem, nos termos do item 8 do Anexo III da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, declarar que quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e sua 1ª distribuição de cotas poderão ser obtidas junto à Instituição Intermediária e na CVM.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2007.

  
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Delano Octavio Jorge Franco  
Diretor

Luisa Saboia  
Procuradora





# REGULAMENTO DO GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF: 08.608.980/0001-11

## Capítulo I. Denominação e Espécie

Artigo 1º. O GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (“FUNDO”), comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento (“Regulamento”) e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores (“Instrução CVM nº 391/03”).

## Capítulo II. Objetivo

Artigo 2º. O objetivo do FUNDO é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de Globex Utilidades S.A., companhia aberta com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Tenente Rebêlo, nº 675, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.041.260/0001-64 (“Companhia Investida”), ou outras companhias abertas ou fechadas (“Títulos e Valores Mobiliários”).

§ 1º. As companhias fechadas objeto de investimento pelo FUNDO deverão seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- I. proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- II. estabelecimento de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- III. disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV. adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V. no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI. auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

§ 2º. As companhias abertas objeto de investimento pelo FUNDO podem ou não integrar os segmentos especiais de listagem instituídos pela Bolsa de Valores de São



Paulo (“BOVESPA”), quais sejam, os Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa, o Novo Mercado ou, ainda, o BOVESPA MAIS (Mercado de Ações para o Ingresso de Sociedades Anônimas), bem como qualquer outro segmento especial que venha a ser criado pela BOVESPA.

### **Capítulo III. Público Alvo**

Artigo 3º. O FUNDO será destinado à aplicação exclusivamente por investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

### **Capítulo IV. Prazo de Duração**

Artigo 4º. O FUNDO terá prazo de duração de 10 (dez) anos, contado da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo previsto no Artigo 34 deste Regulamento (“Prazo de Duração”).

§ 1º. O período de investimento do FUNDO será de 7 (sete) anos, contado do início do Prazo de Duração (“Período de Investimento”).

§ 2º. Esgotado o Período de Investimento, o FUNDO entrará no período de desinvestimento (“Período de Desinvestimento”), durante o qual os investimentos do FUNDO serão liquidados, de forma ordenada, a critério do GESTOR, visando à otimização do desinvestimento pelo FUNDO.

§ 3º. A Assembléia Geral de Cotistas poderá, a qualquer tempo, reduzir ou prorrogar o Prazo de Duração, o Período de Investimento e/ou o Período de Desinvestimento.

### **Capítulo V. Prestadores de Serviços de Administração e Outros**

Artigo 5º. O FUNDO é administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1987 (“ADMINISTRADOR”).

Parágrafo Único. A carteira do FUNDO será gerida pela Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Ataulfo de Paiva, nº 255, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.319.907/0001-04, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 1.897, de 28 de fevereiro de 1992 (“GESTOR”).

Artigo 6º. Os serviços de escrituração, controle de ativos e passivos, cálculo da cota, processamento e contabilidade do FUNDO serão prestados pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 7º. Os serviços de custódia, tesouraria e liquidação das cotas do FUNDO serão prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de

Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.

Artigo 8º. O ADMINISTRADOR poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das sociedades objeto de investimento pelo FUNDO, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado o disposto no Artigo 44, inciso XI, deste Regulamento.

## **Capítulo VI. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira**

Artigo 9º. A carteira do FUNDO será composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão da Companhia Investida.

§ 1º. O investimento pelo FUNDO em Títulos e Valores Mobiliários de emissão de companhias abertas ou fechadas que não a Companhia Investida dependerá de prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, nos termos do Artigo 17, inciso XVI, deste Regulamento.

§ 2º. É permitido ao FUNDO aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, observado o disposto no § 3º abaixo.

§ 3º. A aplicação dos recursos do FUNDO em títulos de renda fixa está limitada a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido, excluídos desse limite as debêntures conversíveis em ações e os títulos públicos.

§ 4º. Os investimentos do FUNDO em debêntures simples ou outros títulos de dívida emitidos por companhias somente podem ser realizados caso estejam asseguradas ao FUNDO a participação no processo decisório e a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão da companhia investida.

§ 5º. É vedada ao FUNDO a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

§ 6º. O FUNDO poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos na Companhia Investida.

§ 7º. O FUNDO poderá deter participação de até 100% (cem por cento) do capital da Companhia Investida ou de outras companhias abertas ou fechadas nas quais venha a investir.

Artigo 10º. Os cotistas do FUNDO aprovam, desde logo, a possibilidade de o FUNDO:

I. promover a aplicação de recursos em Títulos e Valores Mobiliários de companhias nas quais participem:

a. o ADMINISTRADOR, o GESTOR e os membros de comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo FUNDO, ou cotistas do FUNDO, ainda que titulares de cotas representativas de 5% (cinco por

cento) ou mais do patrimônio líquido do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; ou

- b. quaisquer das pessoas mencionadas na alínea anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

- II. realizar operações em que o FUNDO figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea "a" do inciso I acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR.

Parágrafo Único. Salvo se houver a aprovação da maioria dos cotistas reunidos em Assembléia Geral de Cotistas, é vedada a realização de operações pelo FUNDO nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre o ADMINISTRADOR, o GESTOR e/ou os cotistas do FUNDO, e o investimento realizado.

Artigo 11. Em função das características do FUNDO, os investimentos dos cotistas estarão sujeitos aos riscos de concentração de carteira e de iliquidez, não sendo o ADMINISTRADOR ou o GESTOR responsáveis por eventual depreciação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO.

## **Capítulo VII. Administração e Gestão**

Artigo 12. O ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR devem ser substituídos nas seguintes hipóteses:

- I. descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;
- II. renúncia; ou
- III. destituição por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

§ 1º. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto e/ou o substituto do GESTOR, conforme o caso, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembléia Geral de Cotistas.

§ 2º. No caso de renúncia, o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR deverão permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos cotistas e à CVM com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 3º. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.

## **Capítulo VIII. Mandato**

Artigo 13. O ADMINISTRADOR, por este Regulamento, outorga ao GESTOR poderes especiais para exercer, de forma ampla, todos os direitos inerentes aos Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o direito de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e especiais da Companhia Investida, ou de outras companhias abertas ou fechadas nas quais o FUNDO venha a investir, bem como praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, observadas as limitações impostas por este Regulamento e pela legislação em vigor, cabendo-lhe, ainda, as decisões de investimento do FUNDO e sua implementação.

Parágrafo Único. O mandato ora outorgado vigorará até o fim da vigência do contrato de gestão, a ser firmado entre o FUNDO, o GESTOR e o ADMINISTRADOR, na qualidade de interveniente anuente.

## **Capítulo IX. Obrigações do Administrador e do Gestor**

Artigo 14. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO e deste Regulamento, são obrigações do ADMINISTRADOR:

- I. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:
  - a. os registros de cotistas e de transferências de cotas;
  - b. o livro de atas das Assembleias Gerais de Cotistas;
  - c. o livro de presença de cotistas;
  - d. o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
  - e. os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
  - f. a documentação relativa às operações e ao patrimônio do FUNDO.
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- IV. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou neste Regulamento;

DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO

- V. elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, a partir de informações a serem fornecidas pelo GESTOR, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da legislação aplicável e deste Regulamento;
- VI. fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento elaborados pelo GESTOR, que fundamentem as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral de Cotistas, quando for o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- VII. se houver, fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VIII. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até o término do mesmo;
- IX. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- X. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;
- XI. manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- XII. elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo XVIII deste Regulamento;
- XIII. firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das companhias objeto de investimento pelo FUNDO ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica e gestão dessas companhias, conforme orientação do GESTOR;
- XIV. tornar operacional a decisão do GESTOR a que se refere o Artigo 15, inciso VII, deste Regulamento, ou da Assembleia Geral de Cotistas, se for o caso, observado o prazo previsto no Artigo 41, Parágrafo Único, deste Regulamento;
- XV. tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do Banco Central do Brasil nº 2.852, de 03 de dezembro de 1998, na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, na Instrução da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") nº 22, de 19 de julho de 1999, e no Ofício-Circular da SPC nº 08/SPC/GAB, de 16 de julho de 2004, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e combater as atividades

relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores;

XVI. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas; e

XVII. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

Parágrafo Único. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às companhias nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

Artigo 15. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO, deste Regulamento e do contrato de gestão a ser firmado com o FUNDO e o ADMINISTRADOR, na qualidade de interveniente anuente, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM nº 391/03, são obrigações do GESTOR:

- I. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR;
- II. comunicar ao ADMINISTRADOR qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO de que tenha conhecimento;
- III. determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- IV. decidir sobre os investimentos e desinvestimentos em Títulos e Valores Mobiliários e/ou em outros ativos, observados o Artigo 9º e o Artigo 17, inciso XVI, deste Regulamento, e sobre alterações na composição da carteira do FUNDO, observada a política de investimento do FUNDO;
- V. decidir sobre as questões relevantes de interesse do FUNDO, inclusive aumento de participação na Companhia Investida, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do FUNDO;
- VI. decidir sobre chamadas de capital para o FUNDO, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o disposto no Artigo 35 deste Regulamento;
- VII. decidir sobre a distribuição das quantias atribuídas ao FUNDO a título de dividendos, observado o disposto no Artigo 41, Parágrafo Único, deste Regulamento;
- VIII. decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião de sua liquidação, observado o Artigo 54, § 1º, deste Regulamento;

28 OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

- IX. orientar o ADMINISTRADOR na celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa a que se refere o Artigo 14, inciso XIII, deste Regulamento;
- X. fornecer ao ADMINISTRADOR as informações necessárias para a elaboração do parecer a que se refere o Artigo 14, inciso V, deste Regulamento, bem como os estudos e análises de investimento, e suas respectivas atualizações periódicas, a que se refere o Artigo 14, incisos VI e VII, deste Regulamento;
- XI. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas; e
- XII. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

#### **Capítulo X. Vedações ao Administrador e ao Gestor**

Artigo 16. É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V. prometer rendimento predeterminado aos cotistas; e
- VI. aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

#### **Capítulo XI. Assembléia Geral de Cotistas**

Artigo 17. Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas:

- I. tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II. alterar o Regulamento do FUNDO;
- III. deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR e escolha de seu substituto;
- IV. deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do FUNDO;



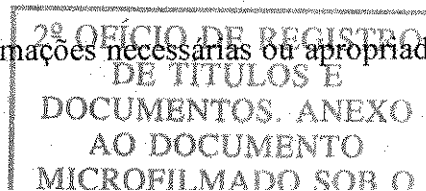
- V. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas cotas;
- VI. deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- VII. deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração;
- VIII. deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento, bem como a redução do Período de Investimento, do Período de Desinvestimento e do Prazo de Duração;
- IX. deliberar sobre a alteração do *quorum* de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- X. deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do FUNDO;
- XI. deliberar sobre a prorrogação do prazo a que se refere o Artigo 38, § 1º, deste Regulamento;
- XII. deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por cotistas, observado o disposto no Artigo 14, Parágrafo Único, deste Regulamento;
- XIII. deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do FUNDO na amortização de cotas e liquidação do FUNDO;
- XIV. deliberar sobre proposta do GESTOR para efetuar amortização parcial ou total de cotas de emissão do FUNDO, durante o Período de Investimento;
- XV. aprovar a alteração dos limites para despesas estabelecidos no Artigo 44, incisos IX e XI, deste Regulamento; e
- XVI. deliberar sobre os investimentos e desinvestimentos em Títulos e Valores Mobiliários que não sejam de emissão da Companhia Investida.

Artigo 18. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem a maioria, no mínimo, das cotas emitidas, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada cota o direito a 1 (um) voto.

Artigo 19. A Assembléia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.

§ 1º. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la.

§ 2º. Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do cotista.



Artigo 20. A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência, fax ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhada a cada um dos cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

§ 1º. A Assembléia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR ou por cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO.

§ 2º. Os cotistas deverão manter atualizados perante o ADMINISTRADOR todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico para fins de recebimento da comunicação mencionada no *caput* deste artigo.

§ 3º. Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 21. A Assembléia Geral de Cotistas instalar-se-á, em primeira ou segunda convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos cotistas do FUNDO.

Parágrafo Único. Não se instalando a Assembléia Geral de Cotistas em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto no Artigo 19, §§ 1º e 2º, deste Regulamento.

Artigo 22. Poderão comparecer à Assembléia Geral de Cotistas os cotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

§ 1º. Somente poderão votar na Assembléia Geral de Cotistas, os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a sua realização, estiverem inscritos na conta de depósito.

§ 2º. Os cotistas também poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral de Cotistas.

§ 3º. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas serão registradas em ata lavrada no livro próprio.

§ 4º. O resumo das decisões da Assembléia Geral de Cotistas deverá ser enviado, a cada cotista até, no máximo, 30 (trinta) dias após a sua realização.

Artigo 23. O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

## Capítulo XII. Remuneração do Administrador

Artigo 24. Como remuneração de todos os serviços de que trata o Capítulo V, exceto os serviços de auditoria e de custódia, é devido pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e aos demais prestadores de serviços de administração o montante equivalente a 0,075% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO.

§ 1º. A remuneração prevista no *caput* deste artigo deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

§ 2º. O ADMINISTRADOR poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo ADMINISTRADOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada neste Regulamento.

§ 3º. Não será cobrada taxa de performance do FUNDO.

§ 4º. O GESTOR não fará jus a nenhuma remuneração.

## Capítulo XIII. Cotas, Negociação e Transferência

Artigo 25. As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, calculado nos termos deste Regulamento e dividido pelo número total de cotas emitidas, terão a forma nominativa e serão escriturais.

§ 1º. A propriedade das cotas escriturais presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada cotista.

§ 2º. As cotas assegurarão aos seus titulares direitos idênticos.

Artigo 26. Nenhum cotista não residente no Brasil que invista no FUNDO nos termos da Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores, poderá, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das cotas emitidas pelo FUNDO, ou quantidade de cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo FUNDO.

Parágrafo Único. Considera-se pessoa ligada ao cotista:

- I. se pessoa física, seus parentes até o 2º (segundo) grau ou empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau, e seus respectivos sócios ou dirigentes; ou
- II. se pessoa jurídica, sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido na legislação vigente, e seus respectivos sócios ou dirigentes.

Artigo 27. As cotas do FUNDO poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Parágrafo Único. As cotas do FUNDO poderão ser registradas e negociadas no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, ou em outros em que sejam admitidas, a critério do ADMINISTRADOR e do GESTOR, sempre respeitadas as condições estabelecidas pelo ADMINISTRADOR e pelos referidos sistemas, conforme aplicável.

Artigo 28. As cotas do FUNDO poderão ser transferidas, observadas as condições descritas neste Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as cotas do FUNDO somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o FUNDO no tocante à sua integralização.

Parágrafo Único. Os cessionários de cotas do FUNDO serão obrigatoriamente investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente e deverão aderir aos termos e condições do FUNDO, por meio da assinatura e entrega ao ADMINISTRADOR dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como cotistas do FUNDO.

Artigo 29. O cotista que desejar alienar suas cotas, no todo ou em parte, deverá manifestar sua intenção, por comunicação escrita, aos demais cotistas, que têm direito de preferência para adquiri-las na proporção das cotas detidas, com cópia para o ADMINISTRADOR, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

§ 1º. Os demais cotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação, para se manifestar quanto à sua intenção de exercer seu direito de preferência e efetuar eventual reserva para sobras, e adquirir as cotas ofertadas, na proporção das cotas detidas e, em caso afirmativo, deverão notificar o titular das cotas ofertadas, enviando cópia da notificação ao ADMINISTRADOR.

§ 2º. Na hipótese de haver sobras de cotas ofertadas, o ADMINISTRADOR deverá informar os cotistas que exerceram seu direito de preferência para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao cotista ofertante, com cópia para o ADMINISTRADOR.

§ 3º. Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores sem que tenha havido, por parte dos demais cotistas, exercício de direito de preferência em relação às cotas do cotista ofertante, o total das cotas ofertadas poderá ser alienado a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos cotistas.

§ 4º. Se, ao final do prazo previsto no § 3º deste artigo, o total das cotas ofertadas não tiver sido adquirido por terceiros, ou sempre que os termos e condições aplicáveis à eventual alienação sejam mais favoráveis do que a oferta original, o procedimento previsto neste artigo deverá ser reiniciado.

§ 5º. Observado o disposto no *caput* deste artigo, o ofertante poderá, alternativamente ao procedimento previsto nos §§ 1º a 4º acima, solicitar a concordância dos demais cotistas para a alienação de suas cotas, mediante o oferecimento de prêmio ou sem ele.

Artigo 30. Os cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de cotas do FUNDO, sempre com a indicação da quantidade e do valor das cotas adquiridas.

Parágrafo Único. Os documentos mencionados no *caput* deste artigo deverão ser apresentados ao ADMINISTRADOR por ocasião da liquidação do FUNDO ou da amortização das cotas, sendo que no caso de não apresentação dos documentos, o ADMINISTRADOR reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do FUNDO) ou da amortização.

Artigo 31. Não haverá resgate de cotas, a não ser por ocasião do término do Prazo de Duração, fixado no Artigo 4º deste Regulamento, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no Capítulo XV deste Regulamento.

#### **Capítulo XIV. Emissão e Distribuição das Cotas**

Artigo 32. Serão emitidas e distribuídas até 3.000 (três mil) cotas, a serem subscritas ao preço de emissão apurado na data da respectiva emissão, resultado da divisão do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas já emitidas, ou aquele que vier a ser estabelecido pela Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 33. Novas distribuições de cotas do FUNDO dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral de Cotistas e registro – ou dispensa, conforme o caso – da oferta de distribuição na CVM.

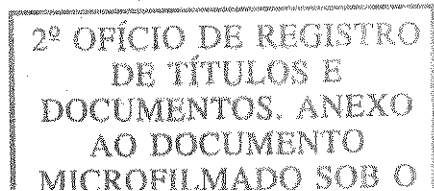
Parágrafo Único. As ofertas de distribuição de cotas do FUNDO poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto.

Artigo 34. O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do FUNDO é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º. O prazo para subscrição e integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do FUNDO é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da respectiva data de registro da distribuição na CVM e prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas.

§ 2º. Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, caso o patrimônio inicial mínimo para funcionamento do FUNDO não seja atingido, as cotas não subscritas e/ou não integralizadas serão automaticamente canceladas e o patrimônio líquido do FUNDO será restituído aos subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNDO e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

§ 3º. O valor mínimo para subscrição por cotista é de R\$100.000,00 (cem mil reais), sendo que, exceto com relação ao disposto no Artigo 26, não haverá limite máximo para a subscrição de cotas do FUNDO.



Artigo 35. Ao ingressar no FUNDO, cada cotista deverá celebrar um Instrumento Particular de Compromisso de Investimento ("Compromisso de Investimento"), que conterá todas as disposições referentes ao valor comprometido de cada cotista em relação ao FUNDO e a previsão expressa de que o ADMINISTRADOR deverá, observado o disposto neste Regulamento, realizar chamadas de capital, as quais o investidor estará obrigado a honrar, de acordo com as regras constantes do Compromisso de Investimento e deste Regulamento.

§ 1º. As chamadas de capital serão realizadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias em relação à data de subscrição de cotas do FUNDO, mediante correspondência, com aviso de recebimento, encaminhada aos cotistas do FUNDO, sendo que a integralização das referidas cotas será feita à vista, no ato da subscrição.

§ 2º. Salvo disposição diversa constante do respectivo Compromisso de Investimento, o valor a ser pago na integralização de cotas, em cada chamada de capital, deverá ser o preço de emissão das cotas, previsto no Artigo 32 deste Regulamento.

§ 3º. O prazo para a realização de chamadas de capital será o Período de Investimento, após o qual a obrigação do cotista estará automaticamente extinta, e as cotas não subscritas e integralizadas serão canceladas.

§ 4º. A assinatura pelo investidor do respectivo Compromisso de Investimento constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições deste Regulamento.

Artigo 36. Por ocasião de qualquer investimento no FUNDO, o cotista deverá assinar o respectivo boletim de subscrição de cotas do FUNDO ("Boletim de Subscrição"), do qual deverão constar:

- I. o nome e a qualificação do cotista;
- II. o número de cotas subscritas; e
- III. o preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.

Parágrafo Único. Cada Boletim de Subscrição será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR e corresponderá ao comprovante de pagamento pelo cotista da respectiva integralização de cotas do FUNDO.

Artigo 37. A integralização das cotas do FUNDO poderá ser realizada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente em nome do FUNDO.

§ 1º. O cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO.

§ 2º. Na hipótese de o cotista não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, os demais cotistas não responderão por tal inadimplemento.

§ 3º. As cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data indicada pelo ADMINISTRADOR para sua subscrição e integralização, em cada chamada de capital, observados os termos e condições previstos neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas.

Artigo 38. As importâncias recebidas pelo FUNDO a título de integralização das cotas subscritas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do FUNDO, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição de Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que, até a sua aplicação, tais recursos deverão ser investidos em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, observado o prazo máximo acima e o limite previsto no Artigo 9º, § 3º, deste Regulamento.

§ 1º. Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo previsto no *caput* deste artigo, a Assembléia Geral de Cotistas poderá determinar a prorrogação do prazo original por períodos sucessivos de 90 (noventa) dias.

§ 2º. Caso o prazo de que trata o *caput* deste artigo não seja objeto de prorrogação nos termos do § 1º acima, a parcela do patrimônio líquido do FUNDO não investida de acordo com a política de investimento do FUNDO será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNDO e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

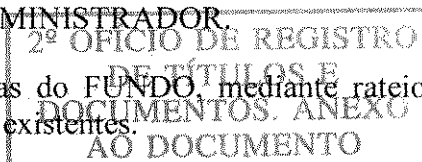
Artigo 39. Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos cotistas do FUNDO.

## **Capítulo XV. Amortização das Cotas e Pagamento de Rendimentos aos Cotistas**

Artigo 40. Os recursos provenientes da alienação dos Títulos e Valores Mobiliários, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, assim como quaisquer valores recebidos pelo FUNDO, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, poderão ser distribuídos aos cotistas do FUNDO a título de amortização de cotas, observado que:

- I. durante o Período de Investimento, a amortização de cotas dependerá de proposta do GESTOR e aprovação da Assembléia Geral de Cotistas; e
- II. durante o Período de Desinvestimento, a amortização de cotas dependerá de proposta do GESTOR e aprovação do ADMINISTRADOR.

Artigo 41. A amortização abrangerá todas as cotas do FUNDO, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.



Parágrafo Único. As quantias atribuídas ao FUNDO a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas companhias objeto de investimento pelo FUNDO, poderão, a critério do GESTOR e observado o objetivo do FUNDO, ser distribuídas aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento pelo FUNDO, exceto se deliberado de forma diversa pelos cotistas, reunidos em Assembléia Geral de Cotistas. Caberá ao ADMINISTRADOR tornar operacional a decisão do GESTOR ou da Assembléia Geral de Cotistas no prazo antes assinalado.

Artigo 42. O cotista inadimplente que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de subscrever e integralizar as cotas, de acordo com as chamadas de capital efetuadas pelo ADMINISTRADOR nos termos do Artigo 35 deste Regulamento, terá as amortizações de cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo FUNDO a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o FUNDO, até o limite de seus débitos.

Artigo 43. As amortizações de cotas e os pagamentos de rendimentos aos cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente.

Parágrafo Único. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de cotas, bem como na liquidação do FUNDO, devendo a respectiva Assembléia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

## **Capítulo XVI. Encargos do Fundo**

Artigo 44. Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração do ADMINISTRADOR, prevista no Capítulo XII deste Regulamento, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- I. emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;
- III. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável;
- IV. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;



- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX. quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembléias Gerais de Cotistas, até o limite de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- X. taxa de custódia dos Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos integrantes da carteira do FUNDO; e
- XI. despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Único. Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

## **Capítulo XVII. Exercício Social e Demonstrações Contábeis**

Artigo 45. O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

Artigo 46. O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO ser segregadas das do ADMINISTRADOR e das do GESTOR.

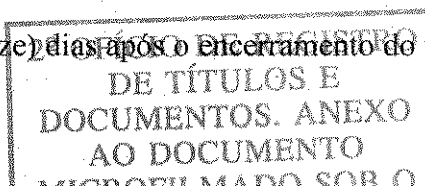
Artigo 47. As demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, devendo observar a metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do FUNDO prevista no Artigo 52 deste Regulamento.

Parágrafo Único. O FUNDO levantará balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

## **Capítulo XVIII. Informações ao Cotista e à CVM**

Artigo 48. O ADMINISTRADOR remeterá aos cotistas e à CVM:

- I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:



- a. valor do patrimônio líquido do FUNDO, nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento; e
  - b. número de cotas emitidas.
- II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
- a. a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
  - b. demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM nº 391/03;
  - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 44 deste Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
  - d. a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da carteira.
- III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
- a. as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - b. o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
  - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 44 deste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Parágrafo Único. As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pelo ADMINISTRADOR aos cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Artigo 49. O ADMINISTRADOR fornecerá aos cotistas, obrigatória e gratuitamente, no ato de seu ingresso no FUNDO, contra recibo:

- I. exemplar deste Regulamento e do prospecto do FUNDO, se for o caso;
- II. breve descrição de sua qualificação e experiência profissional na gestão ou administração de carteira; e
- III. documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o cotista tenha de arcar.

Artigo 50. O ADMINISTRADOR deverá divulgar a todos os cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO, salvo com relação a informações sigilosas referentes às companhias objeto de investimento pelo FUNDO, obtidas pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR sob compromisso de confidencialidade ou em

razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva companhia.

Parágrafo Único. O ADMINISTRADOR deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao FUNDO divulgadas para cotistas ou terceiros.

## **Capítulo XIX. Patrimônio Líquido**

Artigo 51. O patrimônio líquido do FUNDO é constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades.

Artigo 52. A avaliação do valor da carteira do FUNDO será feita utilizando-se para cada título ou valor mobiliário integrante da carteira os critérios estabelecidos abaixo:

- I. ações sem cotação de mercado – serão mantidas pelo custo de aquisição, sendo facultada a avaliação pelo método do fluxo de caixa descontado;
- II. ações com cotações de mercado – serão avaliadas pela última cotação média;
- III. debêntures – serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão;
- IV. cotas de fundos de investimento em renda fixa ou cotas de fundos de investimento com características de renda fixa – terão seu valor determinado pelo administrador daquele fundo, nos termos da regulamentação em vigor; e
- V. demais títulos e/ou valores mobiliários e demais ativos, bem como operações de derivativos que vierem a compor a carteira não referidos nos incisos anteriores – serão precificados em conformidade com a regulamentação aplicável.

§ 1º. O ADMINISTRADOR assume a responsabilidade perante a CVM e os cotistas pelos critérios, valores e premissas utilizados na avaliação econômica adotada pelo FUNDO e garante, ainda, que, uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subsequentes.

§ 2º. Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO.

## **Capítulo XX. Liquidação**

Artigo 53. O FUNDO entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 54. Por ocasião da liquidação do FUNDO, o GESTOR promoverá a alienação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e o produto resultante será entregue aos cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas cotas, na proporção de cada cotista no patrimônio líquido do FUNDO.

2º OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS: ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

§ 1º. A alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião da liquidação do FUNDO, poderá ser feita através de uma das formas a seguir, a critério do GESTOR:

- I. venda através de transações privadas; ou
- II. venda em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil.

§ 2º. O ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso o GESTOR encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo.

§ 3º. Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o ADMINISTRADOR poderá promover a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, na proporção do número de cotas do FUNDO detido por cada cotista, mediante a utilização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO como forma de pagamento pelo resgate das cotas, sendo, neste caso, tais ativos avaliados com base nos critérios estabelecidos no Artigo 52 deste Regulamento.

§ 4º. Para os fins do disposto no § 3º acima, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Qualquer Natureza – CPMF, será observado o disposto na Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003, ou em norma posterior que venha a substituí-la.

Artigo 55. A liquidação do FUNDO e a divisão de seu patrimônio entre os cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembléia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do FUNDO, conforme o caso.

Parágrafo Único. Após a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, o ADMINISTRADOR deverá promover o encerramento do FUNDO, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do FUNDO perante quaisquer autoridades.

## **Capítulo XXI. Foro**

Artigo 56. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2007.

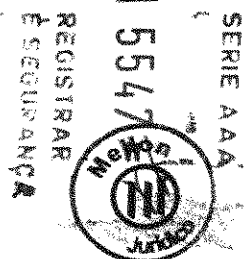
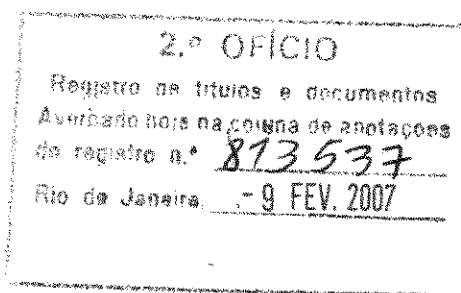
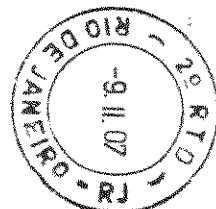
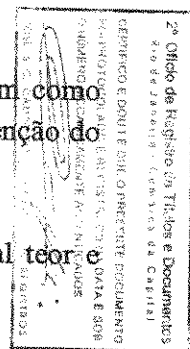
   
**BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

5. Contratar, como custodiante dos ativos integrantes da carteira de investimentos do Fundo, o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12;
6. Contratar, como auditor independente do Fundo, a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;
7. Aprovar a primeira emissão de cotas do Fundo, nominativas e escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) por cota ("Cotas"), a serem objeto de oferta pública de distribuição primária no mercado local, em mercado de balcão não organizado, destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor ("Distribuição Pública"), a ser submetida a registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 391") e da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores ("Instrução CVM 400");
8. Aprovar que a Distribuição Pública compreenderá a distribuição de um montante entre 10 (dez) e 1.500 (mil e quinhentas) Cotas, no valor total de, no mínimo, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e, no máximo, R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
9. Aprovar a substituição integral do regulamento do Fundo, o qual passará a vigorar com a redação anexa ao presente instrumento; e
10. Submeter à CVM o presente instrumento de alteração do regulamento do Fundo, bem como quaisquer outros documentos exigidos pela regulamentação em vigor, para fins de obtenção do registro de funcionamento do Fundo e da Distribuição Pública.

Nada mais havendo a tratar, o presente instrumento foi assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2007.

*Juliana Falcão*  
**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**



# REGULAMENTO DO GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF: 08.608.980/0001-11

## Capítulo I. Denominação e Espécie

Artigo 1º. O GIBRALTAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (“FUNDO”), comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente regulamento (“Regulamento”) e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores (“Instrução CVM nº 391/03”).

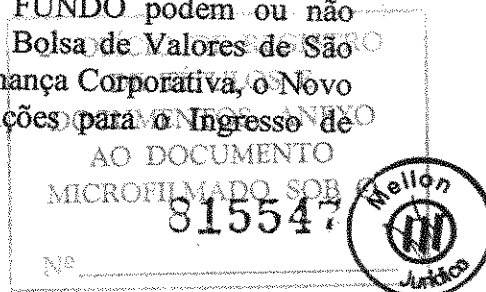
## Capítulo II. Objetivo

Artigo 2º. O objetivo do FUNDO é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias abertas ou fechadas (em conjunto “Companhias Investidas” e, isoladamente, “Companhia Investida”) (“Títulos e Valores Mobiliários”).

§ 1º. As companhias fechadas objeto de investimento pelo FUNDO deverão seguir as seguintes práticas de governança corporativa:

- I. proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- II. estabelecimento de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- III. disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- IV. adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- V. no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o FUNDO, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos incisos anteriores; e
- VI. auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

§ 2º. As companhias abertas objeto de investimento pelo FUNDO podem ou não integrar os segmentos especiais de listagem instituídos pela Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”), quais sejam, os Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa, o Novo Mercado ou, ainda, o BOVESPA MAIS (Mercado de Ações para o Ingresso de



Sociedades Anônimas), bem como qualquer outro segmento especial que venha a ser criado pela BOVESPA.

### **Capítulo III. Público Alvo**

Artigo 3º. O FUNDO será destinado à aplicação exclusivamente por investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

### **Capítulo IV. Prazo de Duração**

Artigo 4º. O FUNDO terá prazo de duração de 10 (dez) anos, contado da data da integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo previsto no Artigo 34 deste Regulamento ("Prazo de Duração").

§ 1º. O período de investimento do FUNDO será de 7 (sete) anos, contado do início do Prazo de Duração ("Período de Investimento").

§ 2º. Esgotado o Período de Investimento, o FUNDO entrará no período de desinvestimento ("Período de Desinvestimento"), durante o qual os investimentos do FUNDO serão liquidados, de forma ordenada, a critério do GESTOR, visando à otimização do desinvestimento pelo FUNDO.

§ 3º. A Assembléia Geral de Cotistas poderá, a qualquer tempo, reduzir ou prorrogar o Prazo de Duração, o Período de Investimento e/ou o Período de Desinvestimento.

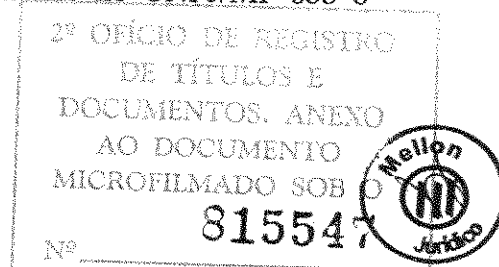
### **Capítulo V. Prestadores de Serviços de Administração e Outros**

Artigo 5º. O FUNDO é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1987 ("ADMINISTRADOR").

Parágrafo Único. A carteira do FUNDO será gerida pela Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Ataulfo de Paiva, nº 255, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.319.907/0001-04, a qual é autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 1.897, de 28 de fevereiro de 1992 ("GESTOR").

Artigo 6º. Os serviços de escrituração, controle de ativos e passivos, cálculo da cota, processamento e contabilidade do FUNDO serão prestados pelo ADMINISTRADOR.

Artigo 7º. Os serviços de custódia, tesouraria e liquidação das cotas do FUNDO serão prestados pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.



Artigo 8º. O ADMINISTRADOR poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das sociedades objeto de investimento pelo FUNDO, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado o disposto no Artigo 44, inciso XI, deste Regulamento.

## **Capítulo VI. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira**

Artigo 9º. A carteira do FUNDO será composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão das Companhias Investidas.

§ 1º. É permitido ao FUNDO aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, observado o disposto no § 2º abaixo.

§ 2º. A aplicação dos recursos do FUNDO em títulos de renda fixa está limitada a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido, excluídos desse limite as debêntures conversíveis em ações e os títulos públicos.

§ 3º. É vedada ao FUNDO a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial, através de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a carteira do FUNDO ou no qual haja direito de conversão.

§ 4º. O FUNDO poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única Companhia Investida.

§ 5º. O FUNDO poderá deter participação de até 100% (cem por cento) do capital das Companhias Investidas.

Artigo 10º. Os cotistas do FUNDO aprovam, desde logo, a possibilidade de o FUNDO:

- I. promover a aplicação de recursos em Títulos e Valores Mobiliários de Companhias Investidas nas quais participem:
  - a. o ADMINISTRADOR, o GESTOR e os membros de comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo FUNDO, ou cotistas do FUNDO, ainda que titulares de cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio líquido do FUNDO, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; ou
  - b. quaisquer das pessoas mencionadas na alínea anterior que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão; ou façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo FUNDO, antes do primeiro investimento por parte do FUNDO.

ANEXO DO PRIMEIRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 815547





- II. realizar operações em que o FUNDO figure como contraparte das pessoas mencionadas na alínea "a" do inciso I acima, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pelo ADMINISTRADOR ou pelo GESTOR.

Parágrafo Único. Salvo se houver a aprovação da maioria dos cotistas reunidos em Assembléia Geral de Cotistas, é vedada a realização de operações pelo FUNDO nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre o ADMINISTRADOR, o GESTOR e/ou os cotistas do FUNDO, e o investimento realizado.

Artigo 11. Em função das características do FUNDO, os investimentos dos cotistas estarão sujeitos aos riscos de concentração de carteira e de iliquidez, não sendo o ADMINISTRADOR ou o GESTOR responsáveis por eventual depreciação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO.

## Capítulo VII. Administração e Gestão

Artigo 12. O ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR devem ser substituídos nas seguintes hipóteses:

- I. descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM;
- II. renúncia; ou
- III. destituição por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

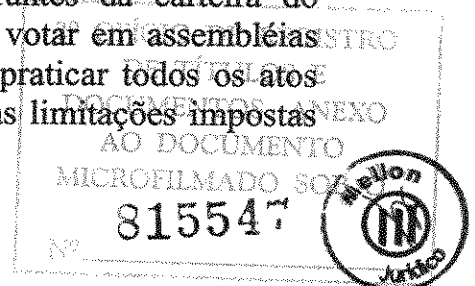
§ 1º. Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará o ADMINISTRADOR obrigado a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral de Cotistas para eleger seu substituto e/ou o substituto do GESTOR, conforme o caso, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembléia Geral de Cotistas.

§ 2º. No caso de renúncia, o ADMINISTRADOR e/ou o GESTOR deverão permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos cotistas e à CVM com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 3º. No caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.

## Capítulo VIII. Mandato

Artigo 13. O ADMINISTRADOR, por este Regulamento, outorga ao GESTOR poderes especiais para exercer, de forma ampla, todos os direitos inerentes aos Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos integrantes da carteira do FUNDO, inclusive o direito de ação e o de comparecer e votar em assembleias gerais e especiais das Companhias Investidas, bem como praticar todos os atos necessários à gestão da carteira do FUNDO, observadas as limitações impostas



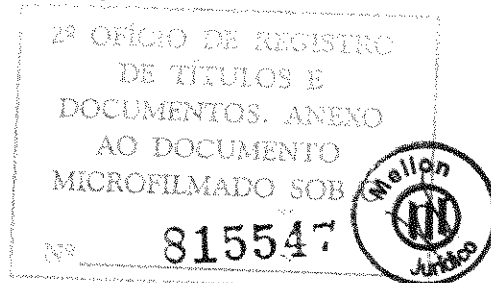
por este Regulamento e pela legislação em vigor, cabendo-lhe, ainda, as decisões de investimento do FUNDO e sua implementação.

Parágrafo Único. O mandato ora outorgado vigorará até o fim da vigência do contrato de gestão, a ser firmado entre o FUNDO, o GESTOR e o ADMINISTRADOR, na qualidade de interveniente anuente.

## **Capítulo IX. Obrigações do Administrador e do Gestor**

Artigo 14. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao FUNDO e deste Regulamento, são obrigações do ADMINISTRADOR:

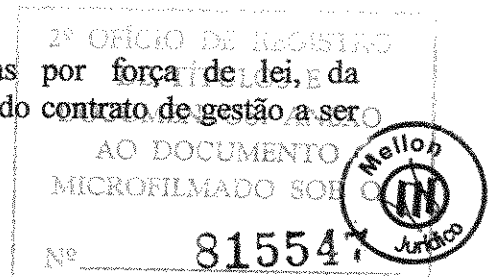
- I. manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do FUNDO:
  - a. os registros de cotistas e de transferências de cotas;
  - b. o livro de atas das Assembléias Gerais de Cotistas;
  - c. o livro de presença de cotistas;
  - d. o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
  - e. os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do FUNDO; e
  - f. a documentação relativa às operações e ao patrimônio do FUNDO.
- II. receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao FUNDO;
- III. custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do FUNDO;
- IV. pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou neste Regulamento;
- V. elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do FUNDO, a partir de informações a serem fornecidas pelo GESTOR, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da legislação aplicável e deste Regulamento;
- VI. fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento elaborados pelo GESTOR, que fundamentem as decisões a serem tomadas em Assembléia Geral de Cotistas, quando for o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;



- VII. se houver, fornecer aos cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pelo GESTOR, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- VIII. no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no inciso I deste artigo até o término do mesmo;
- IX. exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do FUNDO;
- X. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de ADMINISTRADOR;
- XI. manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da carteira do FUNDO custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- XII. elaborar e divulgar as informações previstas no Capítulo XVIII deste Regulamento;
- XIII. firmar, em nome do FUNDO, acordos de acionistas das Companhias Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao FUNDO efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas, conforme orientação do GESTOR;
- XIV. tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do Banco Central do Brasil nº 2.852, de 03 de dezembro de 1998, na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, na Instrução da Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") nº 22, de 19 de julho de 1999, e no Ofício-Circular da SPC nº 08/SPC/GAB, de 16 de julho de 2004, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores;
- XV. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas; e
- XVI. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

Parágrafo Único. Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos incisos VI e VII deste artigo, o ADMINISTRADOR poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral de Cotistas, tendo em conta os interesses do FUNDO e dos demais cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às companhias nas quais o FUNDO tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os cotistas que requereram a informação.

Artigo 15. Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, e da regulamentação aplicável ao FUNDO, deste Regulamento e do contrato de gestão a ser



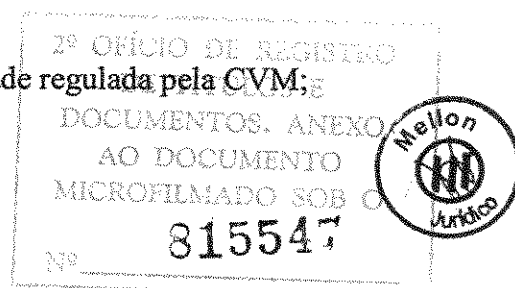
firmado com o FUNDO e o ADMINISTRADOR, na qualidade de interveniente anuente, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM nº 391/03, são obrigações do GESTOR:

- I. transferir ao FUNDO qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de GESTOR;
- II. comunicar ao ADMINISTRADOR qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO de que tenha conhecimento;
- III. determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do FUNDO;
- IV. decidir sobre todo e qualquer investimento ou desinvestimento em Títulos e Valores Mobiliários e/ou em outros ativos, observado o Artigo 9º deste Regulamento, e sobre alterações na composição da carteira do FUNDO, observada a política de investimento do FUNDO;
- V. decidir sobre as questões relevantes de interesse do FUNDO, inclusive aumento de participação nas Companhias Investidas, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do FUNDO;
- VI. decidir sobre chamadas de capital para o FUNDO, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o disposto no Artigo 35 deste Regulamento;
- VII. decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião de sua liquidação, observado o Artigo 54, § 1º, deste Regulamento;
- VIII. orientar o ADMINISTRADOR na celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa a que se refere o Artigo 14, inciso XIII, deste Regulamento;
- IX. fornecer ao ADMINISTRADOR as informações necessárias para a elaboração do parecer a que se refere o Artigo 14, inciso V, deste Regulamento, bem como os estudos e análises de investimento, e suas respectivas atualizações periódicas, a que se refere o Artigo 14, incisos VI e VII, deste Regulamento;
- X. cumprir as deliberações da Assembléia Geral de Cotistas; e
- XI. cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes deste Regulamento.

#### **Capítulo X. Vedações ao Administrador e ao Gestor**

Artigo 16. É vedado ao ADMINISTRADOR e ao GESTOR, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do FUNDO:

- I. receber depósito em conta corrente;
- II. contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;



- III. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- IV. negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- V. prometer rendimento predeterminado aos cotistas; e
- VI. aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

## Capítulo XI. Assembléia Geral de Cotistas

Artigo 17. Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral de Cotistas:

- I. tomar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pelo ADMINISTRADOR;
- II. alterar o Regulamento do FUNDO;
- III. deliberar sobre a destituição ou substituição do ADMINISTRADOR e/ou do GESTOR e escolha de seu substituto;
- IV. deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do FUNDO;
- V. deliberar sobre a emissão e distribuição de novas cotas;
- VI. deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração do ADMINISTRADOR, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do FUNDO;
- VII. deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração;
- VIII. deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento, bem como a redução do Período de Investimento, do Período de Desinvestimento e do Prazo de Duração;
- IX. deliberar sobre a alteração do *quorum* de instalação e deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- X. deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do FUNDO;
- XI. deliberar sobre a prorrogação do prazo a que se refere o Artigo 38, § 1º, deste Regulamento;
- XII. deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por cotistas, observado o disposto no Artigo 14, Parágrafo Único, deste Regulamento;

DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB

815547

Nº



XIII. deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da carteira do FUNDO na amortização de cotas e liquidação do FUNDO;

XIV. deliberar sobre proposta do GESTOR para efetuar amortização parcial ou total de cotas de emissão do FUNDO, durante o Período de Investimento; e

XV. aprovar a alteração dos limites para despesas estabelecidos no Artigo 44, incisos IX e XI, deste Regulamento.

Artigo 18. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas devem ser adotadas por votos que representem mais da metade das cotas presentes, ressalvadas aquelas referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do Artigo 17, que somente podem ser adotadas por votos que representem a maioria, no mínimo, das cotas emitidas, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada cota o direito a 1 (um) voto.

Artigo 19. A Assembléia Geral de Cotistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do FUNDO o exigirem.

§ 1º. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la.

§ 2º. Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do cotista.

Artigo 20. A convocação da Assembléia Geral de Cotistas far-se-á com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência, fax ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhada a cada um dos cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

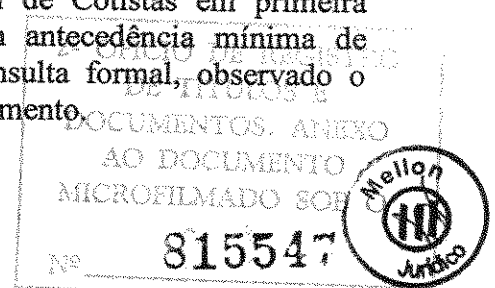
§ 1º. A Assembléia Geral de Cotistas poderá ser convocada pelo ADMINISTRADOR ou por cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das cotas emitidas pelo FUNDO.

§ 2º. Os cotistas deverão manter atualizados perante o ADMINISTRADOR todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico para fins de recebimento da comunicação mencionada no *caput* deste artigo.

§ 3º. Independentemente da convocação prevista neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 21. A Assembléia Geral de Cotistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos cotistas do FUNDO e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único. Não se instalando a Assembléia Geral de Cotistas em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto no Artigo 19, §§ 1º e 2º, deste Regulamento.



Artigo 22. Poderão comparecer à Assembléia Geral de Cotistas os cotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos.

§ 1º. Somente poderão votar na Assembléia Geral de Cotistas, os cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a sua realização, estiverem inscritos na conta de depósito.

§ 2º. Os cotistas também poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral de Cotistas.

§ 3º. As deliberações da Assembléia Geral de Cotistas serão registradas em ata lavrada no livro próprio.

§ 4º. O resumo das decisões da Assembléia Geral de Cotistas deverá ser enviado, a cada cotista até, no máximo, 30 (trinta) dias após a sua realização.

Artigo 23. O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral de Cotistas sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

## **Capítulo XII. Remuneração do Administrador**

Artigo 24. Como remuneração de todos os serviços de que trata o Capítulo V, exceto os serviços de auditoria e de custódia, é devido pelo FUNDO ao ADMINISTRADOR e aos demais prestadores de serviços de administração o montante equivalente a 0,075% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO.

§ 1º. A remuneração prevista no *caput* deste artigo deve ser provisionada diariamente (em base de 252 dias por ano) sobre o valor do patrimônio líquido do FUNDO, e paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

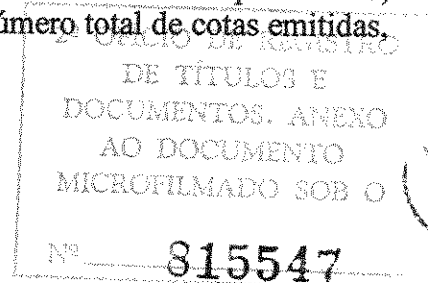
§ 2º. O ADMINISTRADOR poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pelo ADMINISTRADOR, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada neste Regulamento.

§ 3º. Não será cobrada taxa de performance do FUNDO.

§ 4º. O GESTOR não fará jus a nenhuma remuneração.

## **Capítulo XIII. Cotas, Negociação e Transferência**

Artigo 25. As cotas do FUNDO corresponderão a frações ideais de seu patrimônio, calculado nos termos deste Regulamento e dividido pelo número total de cotas emitidas, terão a forma nominativa e serão escriturais.



§ 1º. A propriedade das cotas escriturais presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada cotista.

§ 2º. As cotas assegurarão aos seus titulares direitos idênticos.

Artigo 26. Nenhum cotista não residente no Brasil que invista no FUNDO nos termos da Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores, poderá, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das cotas emitidas pelo FUNDO, ou quantidade de cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo FUNDO.

Parágrafo Único. Considera-se pessoa ligada ao cotista:

- I. se pessoa física, seus parentes até o 2º (segundo) grau ou empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau, e seus respectivos sócios ou dirigentes; ou
- II. se pessoa jurídica, sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido na legislação vigente, e seus respectivos sócios ou dirigentes.

Artigo 27. As cotas do FUNDO não serão negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

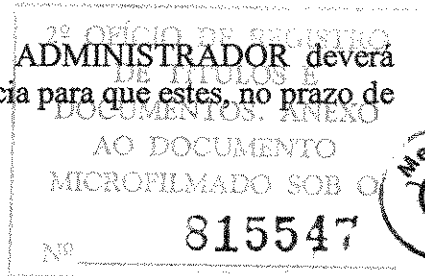
Artigo 28. As cotas do FUNDO poderão ser transferidas, observadas as condições descritas neste Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as cotas do FUNDO somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o FUNDO no tocante à sua integralização.

Parágrafo Único. Os cessionários de cotas do FUNDO serão obrigatoriamente investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente e deverão aderir aos termos e condições do FUNDO, por meio da assinatura e entrega ao ADMINISTRADOR dos documentos por este exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como cotistas do FUNDO.

Artigo 29. O cotista que desejar alienar suas cotas, no todo ou em parte, deverá manifestar sua intenção, por comunicação escrita, aos demais cotistas, que têm direito de preferência para adquiri-las na proporção das cotas detidas, com cópia para o ADMINISTRADOR, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

§ 1º. Os demais cotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação, para se manifestar quanto à sua intenção de exercer seu direito de preferência e efetuar eventual reserva para sobras, e adquirir as cotas ofertadas, na proporção das cotas detidas e, em caso afirmativo, deverão notificar o titular das cotas ofertadas, enviando cópia da notificação ao ADMINISTRADOR.

§ 2º. Na hipótese de haver sobras de cotas ofertadas, o ADMINISTRADOR deverá informar os cotistas que exerceram seu direito de preferência para que estes, no prazo de





15 (quinze) dias, informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao cotista ofertante, com cópia para o ADMINISTRADOR.

§ 3º. Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores sem que tenha havido, por parte dos demais cotistas, exercício de direito de preferência em relação às cotas do cotista ofertante, o total das cotas ofertadas poderá ser alienado a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos cotistas.

§ 4º. Se, ao final do prazo previsto no § 3º deste artigo, o total das cotas ofertadas não tiver sido adquirido por terceiros, ou sempre que os termos e condições aplicáveis à eventual alienação sejam mais favoráveis do que a oferta original, o procedimento previsto neste artigo deverá ser reiniciado.

§ 5º. Observado o disposto no *caput* deste artigo, o ofertante poderá, alternativamente ao procedimento previsto nos §§ 1º a 4º acima, solicitar a concordância dos demais cotistas para a alienação de suas cotas, mediante o oferecimento de prêmio ou sem ele.

Artigo 30. Os cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de cotas do FUNDO, sempre com a indicação da quantidade e do valor das cotas adquiridas.

Parágrafo Único. Os documentos mencionados no *caput* deste artigo deverão ser apresentados ao ADMINISTRADOR por ocasião da liquidação do FUNDO ou da amortização das cotas, sendo que no caso de não apresentação dos documentos, o ADMINISTRADOR reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do FUNDO) ou da amortização.

Artigo 31. Não haverá resgate de cotas, a não ser por ocasião do término do Prazo de Duração, fixado no Artigo 4º deste Regulamento, ou de sua liquidação, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas no Capítulo XV deste Regulamento.

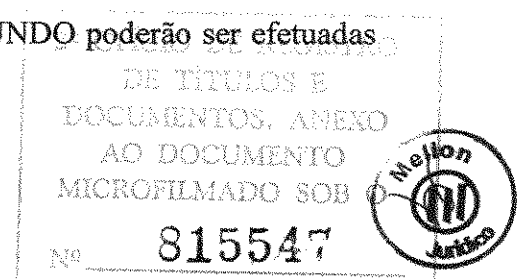
#### **Capítulo XIV. Emissão e Distribuição das Cotas**

Artigo 32. Serão emitidas e distribuídas, inicialmente, entre 10 (dez) e 1.500 (mil e quinhentas) cotas, a serem subscritas ao preço de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) por cota.

Parágrafo Único. Caso venham a ocorrer a emissão e distribuição de novas cotas, o preço de emissão dessas cotas será o valor apurado na data da respectiva emissão, resultado da divisão do patrimônio líquido do FUNDO pelo número de cotas já emitidas, ou aquele que vier a ser estabelecido pela Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 33. Novas distribuições de cotas do FUNDO dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral de Cotistas e registro – ou dispensa, conforme o caso – da oferta de distribuição na CVM.

Parágrafo Único. As ofertas de distribuição de cotas do FUNDO poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto.



Artigo 34. O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do FUNDO é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º. O prazo para subscrição e integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do FUNDO é de 180 (cento e oitenta) dias, contado da respectiva data de registro da distribuição na CVM e prorrogável mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas.

§ 2º. Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, caso o patrimônio inicial mínimo para funcionamento do FUNDO não seja atingido, as cotas não subscritas e/ou não integralizadas serão automaticamente canceladas e o patrimônio líquido do FUNDO será restituído aos subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNDO e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

§ 3º. O valor mínimo para subscrição por cotista é de R\$100.000,00 (cem mil reais), sendo que, exceto com relação ao disposto no Artigo 26, não haverá limite máximo para a subscrição de cotas do FUNDO.

Artigo 35. Ao ingressar no FUNDO, cada cotista deverá celebrar um Instrumento Particular de Compromisso de Investimento ("Compromisso de Investimento"), que conterá todas as disposições referentes ao valor comprometido de cada cotista em relação ao FUNDO e a previsão expressa de que o ADMINISTRADOR deverá, observado o disposto neste Regulamento, realizar chamadas de capital, as quais o investidor estará obrigado a honrar, de acordo com as regras constantes do Compromisso de Investimento e deste Regulamento.

§ 1º. As chamadas de capital serão realizadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias em relação à data de subscrição de cotas do FUNDO, mediante correspondência, com aviso de recebimento, encaminhada aos cotistas do FUNDO, sendo que a integralização das referidas cotas será feita à vista, no ato da subscrição.

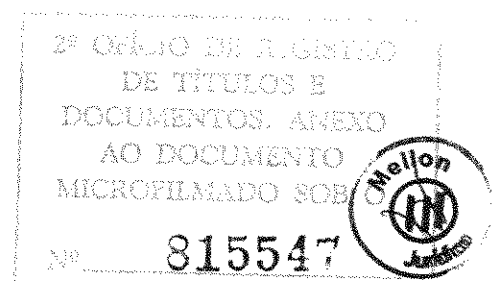
§ 2º. Salvo disposição diversa constante do respectivo Compromisso de Investimento, o valor a ser pago na integralização de cotas, em cada chamada de capital, deverá ser o preço de emissão das cotas, previsto no Artigo 32 deste Regulamento.

§ 3º. O prazo para a realização de chamadas de capital será o Período de Investimento, após o qual a obrigação do cotista estará automaticamente extinta, e as cotas não subscritas e integralizadas serão canceladas.

§ 4º. A assinatura pelo investidor do respectivo Compromisso de Investimento constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições deste Regulamento.

Artigo 36. Por ocasião de qualquer investimento no FUNDO, o cotista deverá assinar o respectivo boletim de subscrição de cotas do FUNDO ("Boletim de Subscrição"), do qual deverão constar:

- I. o nome e a qualificação do cotista;
- II. o número de cotas subscritas; e



III. o preço de subscrição, valor total a ser integralizado pelo subscritor e o respectivo prazo.

Parágrafo Único. Cada Boletim de Subscrição será devidamente autenticado pelo ADMINISTRADOR e corresponderá ao comprovante de pagamento pelo cotista da respectiva integralização de cotas do FUNDO.

Artigo 37. A integralização das cotas do FUNDO poderá ser realizada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente em nome do FUNDO.

§ 1º. O cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do FUNDO.

§ 2º. Na hipótese de o cotista não realizar o pagamento nas condições previstas neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, os demais cotistas não responderão por tal inadimplemento.

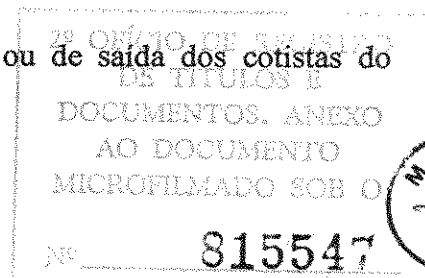
§ 3º. As cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data indicada pelo ADMINISTRADOR para sua subscrição e integralização, em cada chamada de capital, observados os termos e condições previstos neste Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas.

Artigo 38. As importâncias recebidas pelo FUNDO a título integralização das cotas subscritas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do FUNDO, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição de Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que, até a sua aplicação, tais recursos deverão ser investidos em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, observado o prazo máximo acima e o limite previsto no Artigo 9º, § 2º, deste Regulamento.

§ 1º. Na hipótese de os valores integralizados não serem utilizados para fins de aquisição de Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos, de acordo com a política de investimento do FUNDO, no prazo previsto no *caput* deste artigo, a Assembléia Geral de Cotistas poderá determinar a prorrogação do prazo original por períodos sucessivos de 90 (noventa) dias.

§ 2º. Caso o prazo de que trata o *caput* deste artigo não seja objeto de prorrogação nos termos do § 1º acima, a parcela do patrimônio líquido do FUNDO não investida de acordo com a política de investimento do FUNDO será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do FUNDO e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Artigo 39. Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos cotistas do FUNDO.



## Capítulo XV. Amortização das Cotas e Pagamento de Rendimentos aos Cotistas

Artigo 40. Os recursos provenientes da alienação dos Títulos e Valores Mobiliários, deduzidos os compromissos presentes e futuros do FUNDO, assim como quaisquer valores recebidos pelo FUNDO, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, poderão ser distribuídos aos cotistas do FUNDO a título de amortização de cotas, observado que:

- I. durante o Período de Investimento, a amortização de cotas dependerá de proposta do GESTOR e aprovação da Assembléia Geral de Cotistas; e
- II. durante o Período de Desinvestimento, a amortização de cotas dependerá de proposta do GESTOR e aprovação do ADMINISTRADOR.

Artigo 41. A amortização abrangerá todas as cotas do FUNDO, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes.

Parágrafo Único. As quantias atribuídas ao FUNDO a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas Companhias Investidas, serão distribuídas aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento pelo FUNDO, exceto se deliberado de forma diversa pelos cotistas, reunidos em Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 42. O cotista inadimplente que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de subscrever e integralizar as cotas, de acordo com as chamadas de capital efetuadas pelo ADMINISTRADOR nos termos do Artigo 35 deste Regulamento, terá as amortizações de cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo FUNDO a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o FUNDO, até o limite de seus débitos.

Artigo 43. As amortizações de cotas e os pagamentos de rendimentos aos cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente.

Parágrafo Único. Mediante aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de cotas, bem como na liquidação do FUNDO, devendo a respectiva Assembléia Geral de Cotistas estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

## Capítulo XVI. Encargos do Fundo

Artigo 44. Constituem encargos do FUNDO, além da remuneração do ADMINISTRADOR, prevista no Capítulo XII deste Regulamento, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pelo ADMINISTRADOR:

- I. emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do FUNDO;
- II. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

2º OFFÍCIO DE REGISTRO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

815547

NP



- III. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável;
- IV. despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;
- V. honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do FUNDO;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;
- VII. parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência do ADMINISTRADOR no exercício de suas funções;
- VIII. prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do FUNDO entre bancos;
- IX. quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembléias Gerais de Cotistas, até o limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas;
- X. taxa de custódia dos Títulos e Valores Mobiliários e/ou outros ativos integrantes da carteira do FUNDO; e
- XI. despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Parágrafo Único. Quaisquer despesas não previstas neste Regulamento como encargos do FUNDO correrão por conta do ADMINISTRADOR, salvo decisão contrária da Assembléia Geral de Cotistas.

## **Capítulo XVII. Exercício Social e Demonstrações Contábeis**

Artigo 45. O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

Artigo 46. O FUNDO terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do FUNDO ser segregadas das do ADMINISTRADOR e das do GESTOR.

Artigo 47. As demonstrações financeiras do FUNDO, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado

DOCUMENTOS. ANEXO  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº

815547



na CVM, devendo observar a metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do FUNDO prevista no Artigo 52 deste Regulamento.

Parágrafo Único. O FUNDO levantará balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

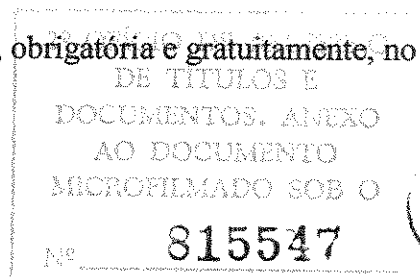
### **Capítulo XVIII. Informações ao Cotista e à CVM**

Artigo 48. O ADMINISTRADOR remeterá aos cotistas e à CVM:

- I. trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil, as seguintes informações:
  - a. valor do patrimônio líquido do FUNDO, nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento; e
  - b. número de cotas emitidas.
- II. semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período, as seguintes informações:
  - a. a composição da carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
  - b. demonstrações contábeis do FUNDO acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM nº 391/03;
  - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 44 deste Regulamento, devendo ser especificado o seu valor; e
  - d. a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da carteira.
- III. anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social, as seguintes informações:
  - a. as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - b. o valor patrimonial da cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período; e
  - c. os encargos debitados ao FUNDO, em conformidade com o disposto no Artigo 44 deste Regulamento, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do FUNDO.

Parágrafo Único. As informações acima poderão ser remetidas por meio eletrônico pelo ADMINISTRADOR aos cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Artigo 49. O ADMINISTRADOR fornecerá aos cotistas, obrigatória e gratuitamente, no ato de seu ingresso no FUNDO, contra recibo:



- I. exemplar deste Regulamento e do prospecto do FUNDO, se for o caso;
- II. breve descrição de sua qualificação e experiência profissional na gestão ou administração de carteira; e
- III. documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o cotista tenha de arcar.

Artigo 50. O ADMINISTRADOR deverá divulgar a todos os cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao FUNDO, salvo com relação a informações sigilosas referentes às companhias objeto de investimento pelo FUNDO, obtidas pelo ADMINISTRADOR e/ou pelo GESTOR sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva companhia.

Parágrafo Único. O ADMINISTRADOR deverá enviar simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao FUNDO divulgadas para cotistas ou terceiros.

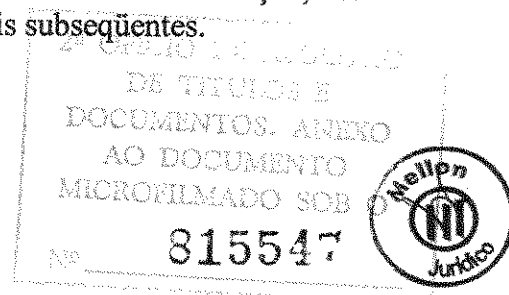
## Capítulo XIX. Patrimônio Líquido

Artigo 51. O patrimônio líquido do FUNDO é constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da carteira e dos valores a receber, subtraído das exigibilidades.

Artigo 52. A avaliação do valor da carteira do FUNDO será feita utilizando-se para cada título ou valor mobiliário integrante da carteira os critérios estabelecidos abaixo:

- I. ações sem cotação de mercado – serão mantidas pelo custo de aquisição, sendo facultada a avaliação pelo método do fluxo de caixa descontado;
- II. ações com cotações de mercado – serão avaliadas pela última cotação média;
- III. debêntures – serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão;
- IV. cotas de fundos de investimento em renda fixa ou cotas de fundos de investimento com características de renda fixa – terão seu valor determinado pelo administrador daquele fundo, nos termos da regulamentação em vigor; e
- V. demais títulos e/ou valores mobiliários e demais ativos, bem como operações de derivativos que vierem a compor a carteira não referidos nos incisos anteriores – serão precificados em conformidade com a regulamentação aplicável.

§ 1º. O ADMINISTRADOR assume a responsabilidade perante a CVM e os cotistas pelos critérios, valores e premissas utilizados na avaliação econômica adotada pelo FUNDO e garante, ainda, que, uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subsequentes.



§ 2º. Somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da carteira do FUNDO.

## Capítulo XX. Liquidação

Artigo 53. O FUNDO entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, ou por deliberação da Assembléia Geral de Cotistas.

Artigo 54. Por ocasião da liquidação do FUNDO, o GESTOR promoverá a alienação dos ativos integrantes da carteira do FUNDO e o produto resultante será entregue aos cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas cotas, na proporção de cada cotista no patrimônio líquido do FUNDO.

§ 1º. A alienação dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, por ocasião da liquidação do FUNDO, poderá ser feita através de uma das formas a seguir, a critério do GESTOR:

- I. venda através de transações privadas; ou
- II. venda em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil.

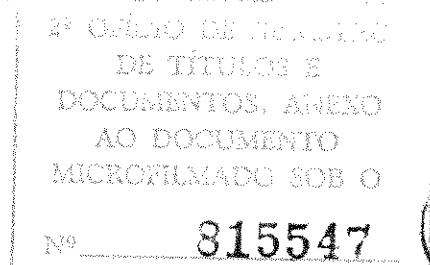
§ 2º. O ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, caso o GESTOR encontre dificuldade na alienação desses ativos a preço justo.

§ 3º. Mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Cotistas, o ADMINISTRADOR poderá promover a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, na proporção do número de cotas do FUNDO detido por cada cotista, mediante a utilização dos ativos integrantes da carteira do FUNDO como forma de pagamento pelo resgate das cotas, sendo, neste caso, tais ativos avaliados com base nos critérios estabelecidos no Artigo 52 deste Regulamento.

§ 4º. Para os fins do disposto no § 3º acima, durante a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Qualquer Natureza – CPMF, será observado o disposto na Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003, ou em norma posterior que venha a substituí-la.

Artigo 55. A liquidação do FUNDO e a divisão de seu patrimônio entre os cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembléia Geral de Cotistas que deliberar sobre a liquidação do FUNDO, conforme o caso.

Parágrafo Único. Após a divisão do patrimônio do FUNDO entre os cotistas, o ADMINISTRADOR deverá promover o encerramento do FUNDO, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, assim como praticar todos os atos necessários ao encerramento do FUNDO perante quaisquer autoridades.





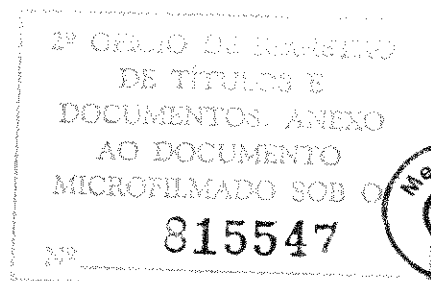
## Capítulo XXI. Foro

Artigo 56. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações ou processos judiciais relativos ao FUNDO ou a questões decorrentes deste Regulamento.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2007.

*Luiza Falcão*

**MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**



# ÍNDICE

<b>Definições .....</b>	<b>4</b>
<b>Informações Básicas do Fundo .....</b>	<b>6</b>
<b>Sumário da Distribuição Pública .....</b>	<b>8</b>
<b>Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros .....</b>	<b>9</b>
<i>Outros Serviços.....</i>	<i>10</i>
<i>Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo .....</i>	<i>10</i>
<i>Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo .....</i>	<i>11</i>
<i>Atendimento aos Cotistas.....</i>	<i>12</i>
<b>Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos .....</b>	<b>13</b>
<i>Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo.....</i>	<i>13</i>
<i>Outros Encargos do Fundo.....</i>	<i>13</i>
<b>Fatores de Risco .....</b>	<b>14</b>
<i>Riscos Relacionados à Liquidez.....</i>	<i>14</i>
<i>Riscos Relacionados às Companhias Investidas.....</i>	<i>14</i>
<i>Riscos de Mercado.....</i>	<i>15</i>
<i>Outros Riscos.....</i>	<i>16</i>
<b>Características da Distribuição Pública .....</b>	<b>17</b>
<i>Características da Distribuição Pública .....</i>	<i>17</i>
<i>Cronograma da Distribuição Pública .....</i>	<i>19</i>
<i>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública .....</i>	<i>19</i>
<i>Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública .....</i>	<i>19</i>
<i>Negociação de Cotas .....</i>	<i>20</i>
<i>Custos de Distribuição.....</i>	<i>20</i>
<i>Outras Informações .....</i>	<i>20</i>
<b>Características do Fundo .....</b>	<b>21</b>
<i>Informações Gerais sobre o Fundo .....</i>	<i>21</i>
<i>Prestadores de Serviços.....</i>	<i>22</i>
<i>Objetivo e Investimentos do Fundo.....</i>	<i>22</i>
<i>Cotas, Negociação e Transferência .....</i>	<i>23</i>
<i>Patrimônio Inicial Mínimo .....</i>	<i>24</i>
<i>Amortização e Resgate de Cotas.....</i>	<i>24</i>
<i>Outras Informações Importantes .....</i>	<i>25</i>
<b>Administração e Gestão .....</b>	<b>27</b>
<i>Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo .....</i>	<i>27</i>
<i>Mandato.....</i>	<i>27</i>
<i>Obrigações da Administradora.....</i>	<i>27</i>
<i>Obrigações da Gestora.....</i>	<i>28</i>

<i>Vedações à Administradora e à Gestora .....</i>	<i>28</i>
<i>Substituição da Administradora e/ou da Gestora.....</i>	<i>29</i>
<b>Assembléia Geral de Cotistas .....</b>	<b>30</b>
<i>Periodicidade .....</i>	<i>30</i>
<i>Convocação .....</i>	<i>30</i>
<i>Quorum de Instalação .....</i>	<i>30</i>
<i>Legitimidade .....</i>	<i>30</i>
<i>Competência .....</i>	<i>30</i>
<i>Quorum de Deliberação .....</i>	<i>31</i>
<i>Consulta Formal.....</i>	<i>31</i>
<i>Publicidade das Deliberações .....</i>	<i>31</i>
<b>Regras de Tributação do Fundo.....</b>	<b>32</b>
<i>Tributação Aplicável aos Cotistas .....</i>	<i>32</i>
<i>Tributação Aplicável ao Fundo .....</i>	<i>33</i>
<b>Anexos.....</b>	<b>34</b>

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

<b>Administradora ou Mellon</b>	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública de Cotas da Segunda Emissão do Fundo.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de Início de Distribuição Pública de Cotas da Segunda Emissão do Fundo.
<b>Assembléia Geral</b>	Assembléia Geral de Cotistas do Fundo.
<b>Auditores Independentes ou KPMG</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Boletim de Subscrição</b>	Boletim de subscrição de Cotas, a ser assinado pelo Cotista por ocasião de qualquer investimento no Fundo.
<b>Bovespa</b>	Bolsa de Valores de São Paulo.
<b>Carteira</b>	Carteira de investimentos do Fundo.
<b>CMN</b>	Conselho Monetário Nacional.
<b>Companhias Investidas</b>	Sociedades anônimas abertas ou fechadas, localizadas no território nacional, objeto de investimento pelo Fundo.
<b>Compromisso de Investimento</b>	Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, a ser assinado pelo Cotista ao ingressar no Fundo.
<b>Cota ou Cotas</b>	Cota ou cotas do Fundo, em série única.
<b>Cotista ou Cotistas</b>	Investidor ou Investidores Qualificados que invistam no Fundo, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.
<b>CPMF</b>	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores ou de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
<b>Custodiante ou Bradesco</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Distribuição Pública</b>	A presente oferta pública de distribuição de Cotas.
<b>Fundo</b>	Gibraltar Fundo de Investimento em Participações.

<b>Gestora ou IP</b>	Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<b>Instrução CVM 391</b>	Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.
<b>Investidor Qualificado</b>	Investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.
<b>IPCA</b>	Índice de preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
<b>Patrimônio Inicial Mínimo</b>	Patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).
<b>Período de Desinvestimento</b>	Período de 3 (três) anos, seguinte ao término do Período de Investimento, no qual os investimentos do Fundo deverão ser liquidados de forma ordenada, a critério da Gestora, visando à otimização do desinvestimento pelo Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembléia Geral.
<b>Período de Investimento</b>	Período de 7 (sete) anos, contado do início do Prazo de Duração, no qual serão realizados os investimentos do Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembléia Geral.
<b>Prazo de Duração</b>	Período de 10 (dez) anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo.
<b>Prospecto Preliminar</b>	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública de Cotas da Segunda Emissão do Fundo.
<b>Prospecto Definitivo ou Prospecto</b>	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas da Segunda Emissão do Fundo.
<b>Regulamento</b>	Regulamento do Fundo, aditado e consolidado pela Assembléia Geral em 2 de abril de 2007 e registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 2007, sob o nº 819.896.
<b>Resolução CMN 2.689</b>	Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.
<b>Taxa de Administração</b>	Remuneração devida pelo Fundo à Administradora e demais prestadores de serviços do Fundo, correspondente a 0,075% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

## INFORMAÇÕES BÁSICAS DO FUNDO

<b>Denominação</b>	Gibraltar Fundo de Investimento em Participações.
<b>CNPJ</b>	08.608.980/0001-11.
<b>Tipo</b>	Fundo fechado.
<b>Administradora</b>	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Gestora</b>	Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda.
<b>Custodiante</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Auditores Independentes</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Objeto</b>	Ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas.
<b>Prazo de Duração</b>	O Fundo tem prazo de duração de 10 (dez) anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo, podendo este prazo ser reduzido ou prorrogado, por deliberação da Assembléia Geral.
<b>Classes de Cotas</b>	Haverá apenas 1 (uma) classe de Cotas, atribuindo iguais direitos aos seus titulares.
<b>Número de Cotas Existentes</b>	No âmbito da primeira distribuição de Cotas do Fundo, foram celebrados Compromissos de Investimento relativos à subscrição e integralização de até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas. Até a presente data, foram subscritas e integralizadas 807 (oitocentos e sete) Cotas.
<b>Número de Cotas a serem emitidas</b>	No âmbito da Distribuição Pública, o Fundo emitirá e distribuirá até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas.
<b>Preço de Emissão</b>	Serão emitidas e distribuídas Cotas com preço de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), com ou sem ágio.
<b>Forma de colocação das Cotas</b>	Distribuição pública.
<b>Público-Alvo</b>	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que busquem retorno de rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas.
<b>Valor Mínimo de Aplicação no Fundo</b>	R\$100.000,00 (cem mil reais).
<b>Patrimônio Inicial Mínimo</b>	O Patrimônio Inicial Mínimo foi subscrito e integralizado em 28 de março de 2007.
<b>Negociação de Cotas</b>	As Cotas poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, podendo, ainda, ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável. Ver “Características do

Fundo – Cotas, Negociação e Transferência”.

**Taxa de Administração e demais Encargos**

As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída de Cotistas.

**Publicidade de Informações sobre o Fundo**

As informações relevantes relativas ao Fundo serão divulgadas diretamente aos Cotistas, por carta, fax ou e-mail.

**Informações Complementares**

Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Distribuição Pública poderão ser obtidas com a Administradora e/ou a Gestora, nos endereços e *sites* constantes da seção “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, ou com a CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)). As informações constantes dos *sites* da Administradora e da Gestora não são parte integrante e nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

**Declarações**

As declarações da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

## SUMÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

<b>Aprovação da Distribuição Pública</b>	A Distribuição Pública foi aprovada pela Assembléia Geral em 2 de abril de 2007.
<b>Cotas Ofertadas</b>	Até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal.
<b>Preço de Emissão das Cotas</b>	R\$100.000,00 (cem mil reais), com ou sem ágio.
<b>Valor total da Distribuição Pública</b>	R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).
<b>Procedimento da Distribuição</b>	Após a concessão do registro da Distribuição Pública e a publicação do Anúncio de Início, a Administradora acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em participar da segunda emissão de Cotas do Fundo, por meio da assinatura de Compromissos de Investimento. A subscrição e integralização das Cotas deverão obedecer ao disposto no Regulamento e no presente Prospecto. A conclusão da Distribuição Pública será informada ao mercado por meio de Anúncio de Encerramento, publicado no jornal “Diário Mercantil”.
<b>Regime de colocação</b>	A colocação das Cotas será feita pela Administradora em regime de melhores esforços.
<b>Prazo para Celebração dos Compromissos de Investimento</b>	180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação do Anúncio de Início, sendo que, após este prazo, a celebração de novos Compromissos de Investimento dependerão da aprovação da Gestora.
<b>Integralização das Cotas</b>	Durante o Período de Investimento, os Cotistas serão chamados pela Administradora a integralizar as Cotas por eles subscritas, mediante chamadas de capital que deverão ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias em relação à data prevista para a subscrição das Cotas, sendo que a integralização das referidas Cotas será feita à vista, no ato da subscrição. As chamadas de capital serão feitas por meio de correspondência com aviso de recebimento encaminhada aos Cotistas.
<b>Forma de Pagamento</b>	A integralização das Cotas poderá ser efetuada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente em nome do Fundo.
<b>Valor Mínimo de Subscrição</b>	R\$100.000,00 (cem mil reais).



## IDENTIFICAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E OUTROS

Esta seção contém a identificação dos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, bem como da Administradora e da Gestora, que poderão prestar esclarecimentos sobre o Fundo e a Distribuição Pública.

### 1. Administradora

**BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3974-4500

Fax: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: fip@bnymellon.com.br

Website: [www.bnymellon.com.br/sf](http://www.bnymellon.com.br/sf)

### 2. Gestora

**Investidor Profissional Gestora de Recursos Ltda.**

Avenida Ataulfo de Paiva, nº 255, 9º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Pedro Rudge

Tel.: (21) 2104-0500

Fax: (21) 2104-0564

Correio Eletrônico: faleconosco@investidorprofissional.com.br

Website: [www.investidorprofissional.com.br](http://www.investidorprofissional.com.br)

### 3. Custodiante

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n

Prédio Novo, 4º andar, Bairro Vila Yara

Osasco – SP

At.: Ronaldo Lopes Costa

Tel.: (11) 3684-5170

Fax: (11) 3684-2714

Correio Eletrônico: 4010.ronaldol@bradesco.com.br

Website: [www.bradesco.com.br](http://www.bradesco.com.br)

#### 4. Auditor Independente

##### **KPMG Auditores Independentes**

Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Bruno Gomes

Tel.: (21) 3515-9442

Fax: (21) 3515-9000

Correio Eletrônico: brodrigues@kpmg.com.br

Website: www.kpmg.com.br

#### 5. Consultor Legal

Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

Avenida Almirante Barroso, nº 52, 32º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Alexandre Hildebrand Garcia

Tel.: (21) 3824-5873

Fax: (21) 2262-5536

Correio Eletrônico: ahg@bmalaw.com.br

Website: www.bmalaw.com.br

#### *Outros Serviços*

A Administradora poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das Companhias Investidas, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado que as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, estão limitadas ao valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, podendo este limite ser alterado por deliberação da Assembléia Geral.

#### *Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo*

##### *Administradora*

A BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, constituída especificamente para a administração de fundos de investimento no Brasil, autorizada a administrar carteiras através do Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

A BNY Mellon Serviços Financeiros é líder em serviços financeiros para gestores independentes e investidores institucionais, prestando o serviço de administração fiduciária de fundos de investimento para mais de 70% dos gestores independentes associados à ANBID - Associação Nacional de Bancos de Investimento e uma gama de investidores institucionais, preponderantemente fundações, seguradoras e sociedades de capitalização, com mais de R\$ 63 bilhões em ativos sob sua administração (ANBID, Fevereiro 2008). Como líderes na prestação de serviços financeiros, a BNY Mellon Serviços Financeiros combina atendimento especializado com tecnologia de ponta para prestar serviços ricos em informação e sistemas.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação destas duas instituições financeiras tradicionais, resultou na empresa líder em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se líder global em administração e gestão de ativos, comprometidas com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada na gestão de ativos financeiros, e opera em 34 países e atende a mais de 100 mercados. A nova instituição é provedora líder de serviços financeiros para pessoas físicas e pessoas jurídicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento. O The Bank of New York Mellon Corporation utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$23 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e cerca de US\$1,1 trilhão de ativos sob sua gestão.

#### *Gestora*

A Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda. foi fundada em 1988, tendo sido uma das primeiras empresas independentes de gestão de recursos constituídas no Brasil. Durante os 4 (quatro) primeiros anos, dedicou-se à prestação e serviços e consultoria, e desde 1992, dedica-se à gestão de fundos de ações no mercado brasileiro, seguindo a filosofia *value oriented*, em que os investimentos são orientados pelo valor econômico das companhias.

A IP concentra-se exclusivamente na gestão de recursos, sendo uma especialista em participações brasileiras, e seus principais clientes são investidores individuais e institucionais de elevado patrimônio, tanto nacionais quanto estrangeiros. Em dezembro de 2006, a IP geria cerca de R\$1.282 bilhões em recursos de terceiros. A carteira da IP é dividida segundo 2 (duas) estratégias amplas de investimento: participações brasileiras de longo prazo (aproximadamente 72% do total de ativos administrados) e participações brasileiras de curto/longo prazo (aproximadamente 28% do total de ativos administrados). A custódia e a administração dos fundos de investimento geridos pela IP são terceirizadas em instituições de grande porte.

A Gestora é sociedade autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 1.897, de 28 de fevereiro de 1992.

#### *Custodiante*

O Custodiante, Banco Bradesco S.A., por meio de seu Departamento de Ações e Custódia (“DAC”), está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, *trustee*, agente de compensação, dentre outros, há mais de 30 (trinta) anos.

O DAC presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos de investimento e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma “NBR ISO 9001:2000”, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Especificamente para a área de custódia são mantidos sistemas do mercado apropriados, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que possibilita a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

### ***Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo***

#### *Administradora e Gestora*

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Administradora e a Gestora não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial, salvo aquele existente em razão de a Gestora ser gestora da carteira de outros fundos de investimento que têm como administradora a Administradora.

#### *Administradora e Custodiante*

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Administradora e o Custodiante mantêm, na data deste Prospecto, relacionamento comercial, existente em razão de o Custodiante prestar à Administradora serviços bancários em geral, entre eles, a manutenção de contas correntes em nome da Administradora. Além disso, a Administradora é administradora de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Administradora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar esses ou outros serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

*Gestora e Custodiante*

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Gestora e o Custodiante não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial salvo aquele existente em razão de a Gestora ser gestora da carteira de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Gestora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

***Atendimento aos Cotistas***

A Administradora mantém em funcionamento o serviço de atendimento aos Cotistas, por meio do telefone (21) 3974-4500 e do fax (21) 3974-4501, nos dias úteis, das 9.00 às 18.00 horas, ou do endereço eletrônico [fip@bnymellon.com.br](mailto:fip@bnymellon.com.br).

As dúvidas dos Cotistas relativas à gestão da Carteira poderão ser esclarecidas diretamente com o departamento de atendimento ao Cotista da Gestora, por meio do telefone (21) 2104-0506 e do fax (21) 2104-0561, nos dias úteis, das 9.00 às 18.00 horas, ou do endereço eletrônico [faleconosco@investidorprofissional.com.br](mailto:faleconosco@investidorprofissional.com.br).

## REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS

### *Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo*

#### *Taxa de Administração*

Como remuneração pela prestação de serviços de administração do Fundo, exceto os serviços de auditoria e de custódia, é devido pelo Fundo à Administradora e aos demais prestadores de serviços de administração o montante equivalente a 0,075% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, provisionado diariamente (em base de 252 dias por ano) e pago mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços que tenham sido subcontratados pela Administradora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração indicada acima.

#### *Remuneração da Gestora*

A Gestora não fará jus a nenhuma remuneração.

#### *Taxa de Performance*

Não será cobrada taxa de performance do Fundo.

#### *Taxa de Ingresso e Saída*

Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos Cotistas.

### *Outros Encargos do Fundo*

Constituem encargos do Fundo, além da remuneração prevista na seção “– Taxa de Administração”, as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pela Administradora:

- emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira;
- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável;
- despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;
- prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais, até o limite de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral;
- taxa de custódia dos ativos integrantes da Carteira; e
- despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral.

Quaisquer outras despesas, que não estejam expressamente previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta da Administradora, salvo decisão contrária da Assembléia Geral.

## FATORES DE RISCO

*O investimento nas Cotas envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Regulamento e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento da Administradora e da Gestora na data deste Prospecto. Riscos adicionais atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também podem afetar ao Fundo de forma adversa.*

*As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, e podem ser adversa e materialmente afetadas por quaisquer dos fatores de risco indicados abaixo, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.*

### ***Riscos Relacionados à Liquidez***

#### ***Restrições ao Resgate de Cotas e Liquidez Reduzida***

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de Cotas a qualquer momento. Dessa forma, um Cotista interessado em desfazer-se de seus investimentos no Fundo deverá encontrar, sob a sua exclusiva responsabilidade, um adquirente para sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um Investidor Qualificado. Os Cotistas poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das Cotas. Os Cotistas devem estar cientes de que a liquidez das Cotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

#### ***Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo***

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes da Carteira, especialmente no caso de títulos e valores mobiliários de emissão de companhias fechadas, ou de companhias abertas sem ou com pouca negociação, poderá não haver demanda por esses ativos ou somente haver demanda a preços reduzidos, em prejuízo do patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Além disso, como os investimentos do Fundo deverão propiciar-lhe a sua efetiva participação no processo decisório das Companhias Investidas, o Fundo estará sujeito às normas sobre vedação à negociação de valores mobiliários impostas às pessoas que têm acesso a informações sobre as Companhias Investidas. Assim, caso o Fundo tenha acesso a informações sobre as Companhias Investidas, não poderá negociar os valores mobiliários de emissão das respectivas companhias até que tais informações sejam divulgadas.

### ***Riscos Relacionados às Companhias Investidas***

#### ***Desempenho das Companhias Investidas***

Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos aos setores em que atuam. Não há garantia quanto ao desempenho de quaisquer desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe o desempenho médio das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Além disso, o Fundo influenciará na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas. Dessa forma, caso determinada Companhia Investida tenha sua falência decretada e/ou caso haja desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, o que causará um impacto negativo no valor das Cotas.

#### ***Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas***

Os Cotistas respondem ilimitadamente pelo passivo do Fundo, de modo que o patrimônio pessoal de cada Cotista poderá ser atingido, caso o Fundo sofra perdas patrimoniais superiores ao capital investido. Nessa hipótese, os Cotistas poderão ser obrigados a realizar aportes de recursos adicionais de forma a cobrir os prejuízos sofridos pelo Fundo.

#### ***Concentração e Riscos da Carteira***

O Fundo poderá adquirir valores mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, sendo que, com exceção do previsto no Regulamento (ver “Características do Fundo – Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira”), não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação da Carteira, o que

implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em ativos de um único emissor e de pouca liquidez. Além disso, caso o Fundo venha a aplicar todos os recursos em uma única Companhia Investida, esta poderá não corresponder à recuperação do rendimento esperado. Essa concentração de recursos poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única ou poucas Companhias Investidas cujos valores mobiliários venham a integrar a Carteira, ou de seus setores econômicos de atuação.

O Fundo poderá ser titular de 100% (cem por cento) das ações de Companhias Investidas e/ou ser acionista controlador dessas companhias, hipóteses nas quais incorrerá nos riscos de ser responsabilizado por seus atos na qualidade de acionista controlador.

#### *Ausência de Companhias a serem Investidas*

O Fundo foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias Investidas que apresentem um potencial de valorização significativo. Tais escolhas se basearão em uma análise criteriosa dos fundamentos do negócio e suas perspectivas. Há o risco de não serem encontradas Companhias Investidas dispostas a desenvolver empreendimentos com as características perseguidas pelo Fundo.

Nesse caso, os recursos que não estiverem alocados nos termos da política de investimento do Fundo deverão ser investidos na forma disposta neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, observado que, na hipótese de os recursos recebidos pelo Fundo a título de integralização das Cotas não serem aplicados nos termos e prazos previstos no Regulamento, a parcela do patrimônio líquido do Fundo não investida de acordo com a política de investimento do Fundo será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

#### *Amortização de Cotas Condicionada ao Retorno das Companhias Investidas*

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outros rendimentos que sejam atribuídos aos valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas e/ou distribuir dividendos declarados em favor das ações de sua propriedade pelas Companhias Investidas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.

#### *Dificuldade de Acesso a Informações*

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar determinadas práticas de governança corporativa (ver “Características do Fundo – Objetivos do Fundo”), não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas, relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados das Companhias Investidas, e (ii) à correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar negativamente o valor da Carteira e das Cotas.

#### **Riscos de Mercado**

##### *Capacidade de Crédito*

Os ativos financeiros integrantes da Carteira podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

##### *Não Recuperação dos Recursos Aplicados*

O não cumprimento, nas datas previstas, das obrigações referentes aos valores mobiliários por parte das Companhias Investidas poderá prejudicar a capacidade de pagamento e a rentabilidade do Fundo e dos Cotistas, podendo, ainda, o Fundo incorrer em custos adicionais, na tentativa de recuperação dos créditos inadimplentes.

Além disso, caso o Fundo venha a tomar medidas para a cobrança, seja por procedimento judicial ou extrajudicial, dos valores mobiliários integrantes da Carteira cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não há

quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados total ou parcialmente e em prazo compatível com o Prazo de Duração. Nessa hipótese, os rendimentos do Fundo e, conseqüentemente, dos Cotistas, poderão ser adversamente afetados.

#### *Uso de Derivativos*

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, inclusive superiores ao valor investido. Ver “– Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas”.

#### **Outros Riscos**

##### *Fatos Exógenos ao Controle dos Prestadores de Serviços*

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora e dos demais prestadores de serviços do Fundo, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira e alteração na política monetária, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor das Cotas.

##### *Fatores Macroeconômicos*

As premissas de cada investimento serão estabelecidas de acordo com condições macroeconômicas sujeitas a alterações, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e de capitais brasileiro. Nesse caso, os ganhos do Fundo podem ser prejudicados, causando eventuais prejuízos aos Cotistas. Além disso, alterações macroeconômicas podem aumentar a inadimplência, gerando prejuízos ou reduzindo ganhos dos Cotistas.

##### *Não existência de Garantia de Rentabilidade*

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Cotas.

##### *Descontinuidade*

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá reduzir o Prazo de Duração ou liquidar antecipadamente o Fundo. Nessas situações, os Cotistas terão o prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pelos demais prestadores de serviços do Fundo, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

##### *Indisponibilidade de Informações sobre Preços e Negócios*

As Cotas objeto da presente Distribuição Pública poderão ser negociadas em bolsa de valores ou em sistema de mercado de balcão.

As cotas do FUNDO poderão ser registradas e negociadas no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, ou em outros em que sejam admitidas, a critério do ADMINISTRADOR e do GESTOR, sempre respeitadas as condições estabelecidas pelo ADMINISTRADOR e pelos referidos sistemas, conforme aplicável.



## CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

### *Características da Distribuição Pública*

#### *Distribuição Pública e Público Alvo*

As Cotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil, em mercado de balcão não organizado. A Distribuição Pública será conduzida pela Administradora, sob regime de melhores esforços.

O público-alvo da Distribuição Pública são, exclusivamente, Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409.

#### *Quantidade, Espécie e Valor das Cotas*

No âmbito da Distribuição Pública, serão emitidas até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas, todas nominativas e escriturais, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

O preço de emissão das Cotas foi fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais), com ou sem ágio.

As Cotas não emitidas em um prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias serão canceladas.

#### *Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas*

As Cotas garantem a seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos no Regulamento e na regulamentação aplicável, inclusive (i) o direito de participar das Assembléias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas, e (ii) o direito de receber integralmente todos os recursos que venham a ser distribuídos pelo Fundo a título de amortização de Cotas e/ou as quantias atribuídas pelas Companhias Investidas ao Fundo, a título de dividendos, que venham a ser distribuídas pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

As Cotas garantem, ainda, o direito de preferência na aquisição de Cotas, em igualdade de condições com terceiros e na proporção das Cotas detidas, na hipótese de outro Cotista desejar alienar suas Cotas, no todo ou em parte. Os procedimentos para o exercício do direito de preferência encontram-se previstos no Regulamento. Ver “Características do Fundo – Direito de Preferência”.

#### *Aprovação da Distribuição Pública*

A Distribuição Pública foi aprovada pela Assembléia Geral em 2 de abril de 2007, sendo que a referida ata foi devidamente registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 2007, sob o nº 819.896.

#### *Registro da Distribuição Pública das Cotas*

A Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2007/022, em 4 de abril de 2007.

#### *Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas*

Ao ingressar no Fundo, cada Cotista deverá celebrar um Compromisso de Investimento, que constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do Regulamento e conterà, além das disposições referentes ao valor comprometido do Cotista em relação ao Fundo, a previsão expressa de que a Administradora deverá, observado o disposto no Regulamento, realizar chamadas de capital, as quais o investidor estará obrigado a honrar, de acordo com as regras constantes do respectivo Compromisso de Investimento.

O prazo para a celebração de Compromissos de Investimento no âmbito da Distribuição Pública é de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de publicação do Anúncio de Início, sendo que, após este prazo, a celebração de novos Compromissos de Investimento dependerão da aprovação da Gestora.

As chamadas de capital serão realizadas pela Administradora, mediante determinação da Gestora, e poderão ocorrer durante todo o Período de Investimento, devendo ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias em relação à data prevista para a subscrição das Cotas, por meio de correspondência com aviso de recebimento encaminhada aos Cotistas, sendo que a integralização das referidas Cotas será feita à vista, no ato da subscrição. Após o Período de Investimento, a obrigação do Cotista de honrar as chamadas de capital estará automaticamente extinta, e as Cotas não subscritas e integralizadas serão canceladas.

Em qualquer caso, as chamadas de capital serão realizadas pelo preço de emissão das Cotas e estarão limitadas ao valor total comprometido pelo Cotista, constante do respectivo Compromisso de Investimento.

Por ocasião de qualquer investimento no Fundo, o subscritor assinará Boletim de Subscrição, que será entregue à Administradora, do qual constarão: (i) o nome e a qualificação do Cotista; (ii) o número de Cotas subscritas; e (iii) o preço de emissão, o valor total a ser integralizado pelo subscritor, e o respectivo prazo, sendo que cada Boletim de Subscrição será devidamente autenticado pela Administradora e corresponderá ao comprovante de pagamento referente à respectiva integralização de Cotas.

A integralização das Cotas poderá ser efetuada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente em nome do Fundo.

O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo.

Além disso, o Cotista inadimplente, que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de subscrever e integralizar Cotas, de acordo com as chamadas de capital efetuadas pela Administradora, terá as amortizações de Cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo Fundo a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

As Cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias após a data indicada pela Administradora no âmbito da respectiva chamada de capital, observados os termos e condições previstos no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas.

#### *Subscrição e Integralização das Cotas Constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo*

As Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo foram subscritas e integralizadas em 28 de março de 2007.

#### *Aplicação dos Recursos*

As importâncias recebidas pelo Fundo a título de integralização das Cotas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do Fundo, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas e/ou em outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sendo que, até a sua aplicação, tais recursos deverão ser investidos em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, observado o prazo máximo acima e os limites previstos no Regulamento.

A Assembléia Geral poderá determinar a prorrogação do prazo para aplicação dos valores recebidos pelo Fundo a título de integralização de Cotas por períodos sucessivos de 90 (noventa) dias. Caso a aplicação dos recursos não seja devidamente realizada, e o referido prazo não seja prorrogado, a parcela do patrimônio líquido do Fundo não investida de acordo com a política de investimento do Fundo será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

#### *Valor Mínimo de Investimento*

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$100.000,00 (cem mil reais).

#### *Limitação ao Investimento por Investidores Não-Residentes*

Nenhum Cotista não residente no Brasil que invista no Fundo nos termos da Resolução CMN 2.689 poderá, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das Cotas, ou quantidade de Cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo.

Considera-se pessoa ligada ao Cotista: (i) se pessoa física, seus parentes até o 2º (segundo) grau ou empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau, e seus respectivos sócios ou dirigentes; ou (ii) se pessoa jurídica, sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido na legislação vigente, e seus respectivos sócios ou dirigentes.

### ***Cronograma da Distribuição Pública***

<b>Evento</b>	<b>Data de Realização / Data Prevista (*)</b>
Assembléia Geral para aprovar a Distribuição Pública	02, 03 e 06.04.2007
Disponibilização do Prospecto Preliminar	04.04.2007
Registro da Distribuição Pública na CVM	04.04.2007
Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início do prazo para celebração de Compromissos de Investimento	10.04.2007
Término do Prazo para celebração de Compromissos de Investimento	13.04.2007
Publicação do Anúncio de Encerramento	10.05.2007

(\*) Datas meramente estimativas e sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Administradora e da Gestora.

### ***Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública***

A Administradora pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Distribuição Pública, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria Distribuição Pública.

Adicionalmente, a Administradora pode modificar, a qualquer tempo, a Distribuição Pública, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Distribuição Pública seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido da Administradora, prorrogar o prazo para distribuição da Distribuição Pública por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

Se a Distribuição Pública for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados no âmbito da Distribuição Pública, anterior ou posteriormente à revogação, serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

A revogação ou qualquer modificação da Distribuição Pública será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado no jornal “Diário Mercantil”, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Distribuição Pública, após a publicação do Anúncio de Início, a Administradora deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a Distribuição Pública original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega à Administradora do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

### ***Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública***

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Distribuição Pública será informado aos investidores que já tenham aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega à Administradora de Compromissos de Investimento, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Compromisso de Investimento e eventuais Boletins de Subscrição já assinados até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue à Administradora Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da Distribuição Pública, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da Distribuição Pública, conforme o caso.

### ***Negociação de Cotas***

As Cotas poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, podendo, ainda, ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos, observado que os cessionários de Cotas serão obrigatoriamente Investidores Qualificados. Ver “Características do Fundo – Cotas, Negociação e Transferência”.

### ***Custos de Distribuição***

Todos os custos de distribuição, quando existentes, serão responsabilidade da Administradora, sendo que os custos de distribuição previstos são:

<b>Custos</b>	<b>Custo Total (em R\$)</b>	<b>% em Relação ao valor da Distribuição Pública</b>
Comissões		
<i>Comissão de Coordenação</i>	0	0%
<i>Comissão de Colocação</i>	0	0%
<i>Comissão de Garantia de Subscrição</i>	0	0%
<i>Outras Comissões</i>	0	0%
Custo Unitário de Distribuição	0	0%
Despesas decorrentes do Registro		
<i>Taxa de Registro de Distribuição</i>	R\$82.870,00	0,055247%
<i>Outras Despesas de Registro</i>	R\$332,94	0,000222%
Outros Custos		
<i>Advogados</i>	R\$40.000,00	0,026667%
<i>Publicidade</i>	R\$3.000,00	0,002%
<b>Total</b>	<b>R\$126.202,94</b>	<b>0,084136%</b>

\* Considerando o valor total da Distribuição Pública de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

### ***Outras Informações***

Para maiores esclarecimentos a respeito da Distribuição Pública e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede da Administradora ou da Gestora, nos endereços indicados nas seções “Informações Básicas sobre o Fundo” e “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, sendo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM apenas para consulta e reprodução.

## CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

### *Informações Gerais sobre o Fundo*

#### *Base Legal*

O Gibraltar Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 391.

#### *Público Alvo*

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos provenientes de Investidores Qualificados que busquem retorno de rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas.

Nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, são considerados Investidores Qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

#### *Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo*

O Fundo foi constituído pela Administradora em 17 de janeiro de 2007, e seus atos constitutivos e regulamento foram arquivados no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 2007, sob o nº 813537. Em 8 de fevereiro de 2007, a Administradora aprovou a alteração integral do regulamento do Fundo e a primeira oferta pública de distribuição primária de Cotas, por meio do “Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do M 02 Fundo de Investimento em Participações”, o qual foi devidamente registrado no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 2007, sob o nº 815547.

Em 2 de abril de 2007, a Assembléia Geral aprovou o primeiro aditamento e consolidação do Regulamento e a Distribuição Pública, sendo que a referida ata foi registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 2 de abril de 2007, sob o nº 819.896.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em 28 de fevereiro de 2007. O código do Fundo perante a CVM é 70-1.

#### *Prazo de Duração*

O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo, ocorrida em 28 de março de 2007. O período de 7 (sete) anos, contado do início do Prazo de Duração será destinado a investimentos e o período de 3 (três) anos, após o término do Período de Investimento, será destinado a desinvestimentos, sendo que, durante o Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo serão liquidados, de forma ordenada, a critério da Gestora, visando a otimização do desinvestimento da Carteira.

O Prazo de Duração, o Período de Investimento e o Período de Desinvestimento poderão ser prorrogados ou reduzidos, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembléia Geral.

#### *Foro*

O foro competente para dirimir controvérsias relativas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

## ***Prestadores de Serviços***

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, ver seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

## ***Objetivo e Investimentos do Fundo***

### ***Objetivo do Fundo***

O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas.

As companhias fechadas objeto de investimento pelo Fundo deverão seguir as práticas de governança corporativa previstas na Instrução CVM 391 e no Regulamento, quais sejam:

- proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- estabelecimento de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos itens anteriores; e
- auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

As companhias abertas objeto de investimento pelo Fundo podem ou não integrar os segmentos especiais de listagem instituídos pela Bovespa, quais sejam, os Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa, o Novo Mercado ou, ainda, o Bovespa MAIS (Mercado de Ações para o Ingresso de Sociedades Anônimas), bem como qualquer outro segmento especial que venha a ser criado pela Bovespa.

### ***Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira***

A Carteira será composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão das Companhias Investidas, sendo permitido ao Fundo aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento com características de renda fixa, até o limite de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido, excluídos desse limite as debêntures conversíveis em ações e os títulos públicos. É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial, por meio de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a Carteira ou no qual haja direito de conversão.

Os investimentos do FUNDO em debêntures simples ou outros títulos de dívida emitidos por companhias somente podem ser realizados caso estejam asseguradas ao FUNDO a participação no processo decisório e a efetiva influência na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas.

O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única Companhia Investida, bem como deter participação de até 100% (cem por cento) do capital das Companhias Investidas.

Conforme expressamente previsto no Regulamento, é permitido o Fundo promover a aplicação de recursos em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão de Companhias Investidas nas quais participem (i) a Administradora, a Gestora, os membros de comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo Fundo, ou Cotistas, ainda que titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; ou (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no item (i) que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, ou que façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

O Fundo poderá, ainda, realizar operações em que figure como contraparte das pessoas mencionadas no item (i) do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pela Administradora ou pela Gestora.

Salvo se houver a aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, é vedada a realização de operações pelo Fundo nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre a Administradora, a Gestora e/ou os Cotistas, e o investimento realizado.

## *Cotas, Negociação e Transferência*

### *Características das Cotas*

As Cotas corresponderão a frações ideais do patrimônio do Fundo, constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da Carteira e dos valores a receber, e subtraído das exigibilidades, dividido pelo número total de Cotas emitidas.

As Cotas terão a forma nominativa e serão escriturais, assegurando aos seus titulares direitos idênticos, sendo que sua propriedade presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada cotista.

### *Emissão e Distribuição das Cotas*

No âmbito da primeira distribuição de Cotas do Fundo, foram celebrados Compromissos de Investimento relativos à subscrição e integralização de até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas. Até a presente data, foram subscritas e integralizadas 807 (oitocentos e sete) Cotas.

No âmbito da Distribuição Pública, o Fundo emitirá e distribuirá até 1.500 (mil e quinhentas) Cotas, a serem subscritas ao preço de emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), com ou sem ágio.

Novas distribuições de Cotas dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral e registro – ou dispensa, conforme o caso – da oferta de distribuição na CVM. Caso, após a Distribuição Pública, venham a ocorrer a emissão e distribuição de novas Cotas, o preço de emissão dessas Cotas será o valor apurado na data da respectiva emissão, resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo pelo número de Cotas já emitidas, ou aquele que vier a ser estabelecido pela Assembléia Geral.

As ofertas de distribuição de Cotas poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto.

### *Subscrição e Integralização das Cotas*

O procedimento para a subscrição e integralização das Cotas da segunda emissão do Fundo, bem como de eventuais emissões posteriores, encontra-se previsto na seção “Características da Distribuição Pública – Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas”.

### *Valor Mínimo e Máximo de Investimento*

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$100.000,00 (cem mil reais), não havendo limite máximo para a subscrição de Cotas, salvo pela limitação ao investimento por investidores não residentes, que não poderão, isoladamente ou em conjunto com pessoas a eles ligadas, deter mais de 40% (quarenta por cento) das Cotas, ou quantidade de Cotas que lhes dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo. Ver “Características da Distribuição Pública – Limitação ao Investimento por Investidores Não-Residentes”.

### *Negociação de Cotas*

As Cotas poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

As cotas do FUNDO poderão ser registradas e negociadas no Sistema de Fundo Fechado – SFF, mantido e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, ou em outros em que sejam admitidas, a critério do ADMINISTRADOR e do GESTOR, sempre respeitadas as condições estabelecidas pelo ADMINISTRADOR e pelos referidos sistemas, conforme aplicável.”

A cotas podem ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as Cotas somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

Adicionalmente, os cessionários de Cotas serão obrigatoriamente Investidores Qualificados e deverão aderir aos termos e condições do Fundo, por meio da assinatura e entrega à Administradora dos documentos por ela exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como Cotistas.

Os Cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de Cotas, sempre com a indicação da quantidade e do valor das Cotas adquiridas. Esses documentos deverão ser apresentados à Administradora, por ocasião da liquidação do Fundo ou da amortização das Cotas. No caso de não apresentação dos documentos, a Administradora reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do Fundo) ou da amortização de Cotas.

### *Direito de Preferência*

Na hipótese de transferência de Cotas, deverão, ainda, ser observadas as seguintes regras, relativas ao direito de preferência previsto no Regulamento.

O Cotista que desejar alienar suas Cotas, no todo ou em parte, deverá manifestar sua intenção, por comunicação escrita, aos demais Cotistas, que têm direito de preferência para adquiri-las na proporção das Cotas detidas, com cópia para a Administradora, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

Os demais Cotistas terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação, para se manifestar quanto à sua intenção de exercer seu direito de preferência e efetuar eventual reserva para sobras, e adquirir as Cotas ofertadas, na proporção das Cotas detidas e, em caso afirmativo, deverão notificar o titular das Cotas ofertadas, enviando cópia da notificação à Administradora.

Na hipótese de haver sobras de Cotas ofertadas, a Administradora deverá informar os Cotistas que exerceram seu direito de preferência para que estes, no prazo de 15 (quinze) dias, informem sua intenção de adquirir tais sobras, dirigindo comunicação a este respeito ao Cotista ofertante, com cópia para a Administradora.

Após o decurso dos prazos previstos nos parágrafos acima sem que tenha havido, por parte dos demais Cotistas, exercício de direito de preferência em relação às Cotas do Cotista ofertante, o total das Cotas ofertadas poderá ser alienado a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Cotistas. Se, ao final deste prazo, o total das Cotas ofertadas não tiver sido adquirido por terceiros, ou sempre que os termos e condições aplicáveis à eventual alienação sejam mais favoráveis do que a oferta original, o procedimento relativo ao exercício do direito de preferência pelos Cotistas deverá ser reiniciado.

Alternativamente ao procedimento disposto nos parágrafos anteriores, o Cotista ofertante poderá solicitar a concordância dos demais Cotistas para a alienação de suas Cotas, mediante o oferecimento de prêmio ou sem ele.

### ***Patrimônio Inicial Mínimo***

O Patrimônio Inicial Mínimo foi subscrito e integralizado em 28 de março de 2007.

### ***Amortização e Resgate de Cotas***

#### *Amortização de Cotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo Fundo*

Os recursos provenientes da alienação de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, poderão ser distribuídos aos Cotistas a título de amortização de Cotas, observado que (i) durante o Período de Investimento, a amortização de Cotas dependerá de proposta da Gestora e aprovação da Assembléia Geral, e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a amortização de Cotas dependerá de proposta da Gestora e aprovação da Administradora.

Em qualquer caso, a amortização abrangerá todas as Cotas, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes.

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas Companhias Investidas, serão distribuídas aos Cotistas, na proporção das Cotas por eles detidas em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o seu recebimento pelo Fundo, exceto se deliberado de forma diversa pelos Cotistas, reunidos em Assembléia Geral.

O Cotista inadimplente que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de subscrever e integralizar as Cotas, de acordo com as chamadas de capital efetuadas pela Administradora, terá as amortizações de Cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo Fundo a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

As amortizações de Cotas e os pagamentos de rendimentos aos Cotistas serão feitos por meio de documento de ordem de pagamento ou depósito em conta corrente. Mediante aprovação da Assembléia Geral, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do Fundo, devendo a respectiva Assembléia Geral estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

### ***Resgate***

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação do Fundo, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas acima.



### *Liquidação do Fundo*

O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, se for o caso, ou por deliberação da Assembléia Geral.

Por ocasião da liquidação do Fundo, a Gestora promoverá a alienação dos ativos integrantes da Carteira e o produto resultante será entregue aos Cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas, na proporção de cada Cotista no patrimônio líquido do Fundo, sendo que a venda dos referidos ativos poderá ser feita por meio de transações privadas, ou em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil.

Caso a Gestora encontre dificuldade na alienação dos ativos a preço justo, será convocada Assembléia Geral para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, sendo que, mediante aprovação da Assembléia Geral, a Administradora poderá promover a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, na proporção do número de Cotas detidas, mediante a utilização dos ativos integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate das Cotas. Nesta hipótese, tais ativos serão avaliados com base nos critérios descritos na seção “– Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos”, observando-se, durante a vigência da CPMF, o disposto na Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003, ou em norma posterior que venha a substituí-la.

A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembléia Geral que deliberar sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, a Administradora deverá promover o encerramento do Fundo, encaminhando à CVM, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data em que os recursos provenientes da liquidação forem disponibilizados aos Cotistas, a documentação referida na regulamentação da CVM, bem como praticar todos os atos necessários ao encerramento do Fundo perante quaisquer autoridades.

### ***Outras Informações Importantes***

#### *Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos*

O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das da Administradora e das da Gestora. Serão levantados balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações financeiras do Fundo, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, sendo que, conforme previsto no Regulamento, somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da Carteira.

A avaliação do valor da Carteira será feita utilizando-se os seguintes critérios:

- ações sem cotação de mercado – serão mantidas pelo custo de aquisição, sendo facultada a avaliação pelo método do fluxo de caixa descontado;
- ações com cotações de mercado – serão avaliadas pela última cotação média;
- debêntures – serão avaliadas pelo valor de seu principal acrescido da remuneração decorrida *pro rata temporis*, de acordo com as respectivas escrituras de emissão;
- cotas de fundos de investimento em renda fixa ou cotas de fundos de investimento com características de renda fixa – terão seu valor determinado pelo administrador do respectivo fundo, nos termos da regulamentação em vigor; e
- demais títulos e/ou valores mobiliários e demais ativos, bem como operações de derivativos que vierem a compor a Carteira não referidos nos incisos anteriores – serão precificados em conformidade com a regulamentação aplicável.

Adicionalmente, a Administradora assume a responsabilidade perante a CVM e os Cotistas pelos critérios, valores e premissas utilizados na avaliação econômica adotada pelo Fundo e garante, ainda, que, uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subsequentes.

#### *Política de Divulgação de Informações*

A Administradora deverá divulgar a todos os Cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, exceto com relação a informações sigilosas referentes às Companhias Investidas, obtidas pela Administradora e/ou pela Gestora sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva Companhia Investida. Em qualquer caso, a Administradora fica

obrigada a enviar à CVM, simultaneamente, exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

Além disso, a Administradora deverá remeter à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, e aos Cotistas as seguintes informações relativas ao Fundo, em conformidade com o estabelecido no Regulamento e na regulamentação em vigor:

- a) trimestralmente, no prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do trimestre civil:
  - o valor do patrimônio líquido do Fundo; e
  - número de Cotas emitidas.
- b) semestralmente, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do período:
  - a composição da Carteira, discriminando quantidade e espécie dos títulos e valores mobiliários que a integram;
  - demonstrações contábeis do Fundo acompanhadas da declaração a que se refere o artigo 14, inciso V, da Instrução CVM 391;
  - os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado o seu valor; e
  - a relação das instituições encarregadas da prestação de serviços de custódia dos títulos e valores mobiliários componentes da Carteira.
- c) anualmente, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social:
  - as demonstrações contábeis do exercício acompanhadas de parecer do auditor independente;
  - o valor patrimonial da Cota na data do fechamento do balanço e sua rentabilidade no período;
  - os encargos debitados ao Fundo, devendo ser especificado seu valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio anual do Fundo.

É permitida a remessa das informações acima por meio eletrônico aos Cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Adicionalmente, será fornecido aos Cotistas, contra recibo, no ato de seu ingresso no Fundo: (i) exemplar do Regulamento e, em caso de distribuição de Cotas com elaboração de prospecto, exemplar do respectivo prospecto; (ii) breve descrição da qualificação e experiência profissional da Administradora e da Gestora na administração ou gestão de carteiras; e (iii) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Cotista tenha de arcar.

## ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

### *Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo*

O Fundo é administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Os serviços de gestão da Carteira serão realizados pela Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda.

Para maiores informações sobre a Administradora e a Gestora, ver “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

### *Mandato*

O Regulamento prevê a outorga pela Administradora à Gestora de poderes especiais para exercer, de forma ampla, todos os direitos inerentes aos ativos integrantes da Carteira, inclusive o direito de ação e o de comparecer e votar em assembléias gerais e especiais das Companhias Investidas, bem como praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, observadas as limitações impostas pelo Regulamento e pela legislação em vigor, cabendo à Gestora, ainda, as decisões de investimento do Fundo e sua implementação.

O mandato outorgado à Gestora vigorará até o fim da vigência do contrato de gestão firmado entre o Fundo, a Gestora e a Administradora, na qualidade de interveniente anuente.

### *Obrigações da Administradora*

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo e do Regulamento, são obrigações da Administradora:

- a) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
  - os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
  - o livro de atas das Assembléias Gerais;
  - o livro de presença de Cotistas;
  - o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
  - os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; e
  - a documentação relativa às operações e ao patrimônio do Fundo.
- b) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- c) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- d) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou no Regulamento;
- e) elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, a partir de informações a serem fornecidas pela Gestora, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da legislação aplicável e do Regulamento;
- f) fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento elaborados pela Gestora, que fundamentem as decisões a serem tomadas em Assembléia Geral, quando for o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- g) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pela Gestora, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- h) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no item “a” acima até o término do mesmo;
- i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- j) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administradora do Fundo;

- k) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- l) elaborar e divulgar as informações previstas no Regulamento e na legislação vigente;
- m) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas, conforme orientação da Gestora;
- n) tomar as medidas necessárias, conforme previsto na Circular do BACEN nº 2.852, de 03 de dezembro de 1998, na Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, na Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (“SPC”) nº 22, de 19 de julho de 1999, e no Ofício-Circular da SPC nº 08/SPC/GAB, de 16 de julho de 2004, e respectivas alterações posteriores, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e alterações posteriores;
- o) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- p) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos itens “f” e “g” acima, a Administradora poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às companhias nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

### ***Obrigações da Gestora***

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo, do Regulamento e do contrato de gestão firmado com o Fundo e a Administradora, na qualidade de interveniente anuente, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM 391, são obrigações da Gestora:

- a) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestora;
- b) comunicar à Administradora qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de que tenha conhecimento;
- c) determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- d) decidir sobre todo e qualquer investimento ou desinvestimento pelo Fundo, observados os limites previstos no Regulamento, e sobre alterações na composição da Carteira, observada a política de investimento do Fundo (ver “Características do Fundo – Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira”);
- e) decidir sobre as questões relevantes de interesse do Fundo, inclusive aumento de participação nas Companhias Investidas, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- f) decidir sobre chamadas de capital para o Fundo, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o disposto no Regulamento;
- g) decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a Carteira, por ocasião de sua liquidação, observado o Regulamento;
- h) orientar a Administradora na celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas;
- i) fornecer à Administradora as informações necessárias para elaboração do parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, bem como os estudos e análises de investimento elaborados pela Gestora, que fundamentem as decisões a serem tomadas em Assembléia Geral, e suas respectivas atualizações periódicas, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- j) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- k) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento.

### ***Vedações à Administradora e à Gestora***

É vedado à Administradora e à Gestora, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- receber depósito em conta corrente;

- contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; e
- aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

#### ***Substituição da Administradora e/ou da Gestora***

A Administradora e/ou a Gestora devem ser substituídas nas hipóteses de (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM, (ii) renúncia, ou (iii) destituição por deliberação da Assembléia Geral.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará a Administradora obrigada a convocar, imediatamente, a Assembléia Geral para eleger seu substituto e/ou o substituto da Gestora, conforme o caso, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembléia Geral.

No caso de renúncia, a Administradora e/ou a Gestora deverão permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos Cotistas e à CVM, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e, no caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.

## ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

### *Periodicidade*

A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

### *Convocação*

A Assembléia Geral deverá ser convocada pela Administradora ou por Cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência, fax ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhada a cada um dos Cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

Os Cotistas deverão manter atualizados perante a Administradora todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico, para fins de recebimento da comunicação mencionada no parágrafo anterior.

Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

### *Quorum de Instalação*

A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, a maioria dos Cotistas e, em segunda convocação, com qualquer número.

Não se instalando a Assembléia Geral em primeira convocação, esta deverá ser novamente convocada, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, podendo, alternativamente, ser realizada consulta formal, observado o procedimento previsto na seção “– Consulta Formal”.

### *Legitimidade*

Poderão comparecer à Assembléia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo que somente poderão votar os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral, estiverem inscritos na conta de depósito.

Os Cotistas também poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral.

### *Competência*

Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral, nos termos do Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;
- b) alterar o Regulamento, exceto quando a alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, hipótese em que o Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas;
- c) deliberar sobre a destituição ou substituição da Administradora e/ou da Gestora e escolha de seu substituto;
- d) deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do Fundo;
- e) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- f) deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração da Administradora, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- g) deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração;
- h) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento, bem como a redução do Período de Investimento, do Período de Desinvestimento e do Prazo de Duração;
- i) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral;
- j) deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo;

- k) deliberar sobre a prorrogação do prazo para aplicação dos valores recebidos pelo Fundo a título de realização do preço de emissão das Cotas subscritas;
- l) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por Cotistas, que seja submetido pela Administradora à prévia apreciação da Assembléia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas, sendo que, neste caso, ficarão impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação;
- m) deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da Carteira na amortização de Cotas e liquidação do Fundo;
- n) deliberar sobre proposta da Gestora para efetuar amortização parcial ou total de Cotas, durante o Período de Investimento; e
- o) aprovar a alteração dos limites para despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais, bem como à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, ambos fixados em R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por exercício social, nos termos do Regulamento.

### ***Quorum de Deliberação***

As deliberações da Assembléia Geral devem ser adotadas por votos que representem mais da metade das Cotas presentes, ressalvadas aquelas referidas nos itens “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “i” e “j” da seção “– Competência”, que somente podem ser adotadas por votos que representem a maioria, no mínimo, das Cotas emitidas, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada Cota o direito a 1 (um) voto.

### ***Consulta Formal***

As deliberações da Assembléia Geral poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la.

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do Cotista.

### ***Publicidade das Deliberações***

As deliberações da Assembléia Geral serão registradas em ata lavrada no livro próprio, sendo que o resumo das decisões deverá ser enviado, a cada Cotista até, no máximo, 30 (trinta) dias após a realização da respectiva Assembléia Geral.

## REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

*A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão de Companhias Investidas, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento e da legislação em vigor.*

*Alguns Cotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação específica a que estarão sujeitos enquanto Cotistas.*

### **Tributação Aplicável aos Cotistas**

#### *IOF/Títulos*

As operações com as Cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto nº 4.494, de 3 de dezembro de 2002, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

#### *IOF/Câmbio*

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas nos investimentos em Cotas efetuados por investidores residentes ou domiciliados no exterior, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente, é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### *Imposto de Renda*

O imposto de renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior, e (ii) considerando as características do Fundo, 3 (três) eventos financeiros que resultam no fato gerador do rendimento tributável: (a) a cessão ou alienação de Cotas; e (b) a amortização de Cotas.

#### Cotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

Os ganhos auferidos pelos Cotistas serão apurados no momento que este ceder ou alienar suas Cotas a terceiros. Já os rendimentos auferidos por tais Cotistas serão verificados na hipótese de amortização das Cotas.

Na hipótese de amortização de Cotas, a base de cálculo do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos pelos Cotistas corresponderá à diferença positiva entre o montante recebido a título de amortização, e o custo de aquisição das Cotas objeto dessa amortização. Assim, só haverá a incidência do imposto se o valor recebido a título de amortização for superior ao custo de aquisição dessas Cotas.

Os ganhos apurados por pessoa jurídica em operações realizadas fora de bolsa serão tributados como ganho líquido. Já os ganhos verificados por pessoa física, também em operações realizadas fora de bolsa, serão tributados de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza. Em ambos os casos, a alíquota aplicável é de 15% (quinze por cento), e a base de cálculo do imposto equivale à diferença positiva entre o valor da cessão ou alienação e o custo de aquisição das Cotas objeto da cessão ou alienação.

#### Cotistas do Fundo Não Residentes no Brasil

Aos Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 2.689 (“Cotistas Qualificados”), é aplicável tratamento tributário específico, determinado em função de residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade e localidade (“Paraíso Fiscal”).



- *Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota de 0% (zero por cento). Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas ou quantidade de Cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter na Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

- *Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal*

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item “–*Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*” acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao imposto de renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

### ***Tributação Aplicável ao Fundo***

#### ***IOF/Títulos***

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

#### ***Imposto de Renda***

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

**ANEXOS**

*Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do M 02 Fundo de Investimento em Participações*

*Regulamento atual do Fundo*

*Declarações da Administradora, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM 400*

*Minuta do Boletim de Subscrição*